



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

---

**Dissertação de Mestrado**

**SINAIS-TERMO DA LINGUÍSTICA FORENSE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE  
SINAIS: UM ESTUDO CONCEITUAL DOS VERBOS DE AÇÃO-PROCESSO**

Maria de Fátima Félix Nascimento

Brasília-DF

2019



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

---

Maria de Fátima Félix Nascimento

**SINAIS-TERMO DA LINGUÍSTICA FORENSE EM LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS: UM ESTUDO CONCEITUAL DOS VERBOS DE  
AÇÃO-PROCESSO**

Dissertação de Mestrado em  
Linguística apresentado com a  
finalidade de obtenção do título de  
Mestre em Linguística na  
Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Dra. Enilde  
Faulstich

Brasília - DF

2019

Banca examinadora

---

Professora Dra Enilde Leite de Jesus Faulstich  
Presidente –PPGL/LIP/UnB

---

Professora Dra. Sandra Patrícia de F. do Nascimento  
Membro efetivo externo-LIP/UnB

---

Professora Dra Ana Adelina Lopo Ramos  
Membro efetivo interno-PPGL/LIP/UnB

---

Professora Dra. Michelle Machado de O. Vilarinho  
suplente - PPGL/LIP

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela força que me deu e por me guiar durante a minha trajetória.

Aos meus pais **João Antônio** e a minha mãe **Francisca Helena** por acreditarem na minha capacidade, mesmo sabendo das minhas dificuldades de surdez, e por não deixarem que eu desistisse dos meus sonhos. Agradeço imensamente por estarem sempre ao meu lado em qualquer momento da vida.

Agradeço também aos meus amados irmãos **Lívio Félix** e **Élvio Félix** pelo apoio e por estarem perto de mim em todos os momentos.

Ao meu esposo **Leonardo Rios**, paciente e compreensivo. Mesmo com minha dificuldade, me incentiva a qualquer custo. Obrigada por ser o meu melhor amigo e companheiro em todas as horas.

À professora **Dra Enilde Faulstich** os meus agradecimentos por aceitar o meu projeto e por transmitir o seu valioso conhecimento aos alunos e a mim durante toda as disciplinas de lexicologia e terminologia. Agradeço em nome da comunidade surda pela confiança e por ajudar a enriquecer as pesquisas.

Ao meu querido amigo **Falk Soares** por dedicar o seu tempo livre à minha pesquisa. Obrigada por tudo! Por fazer parte da minha pesquisa e acompanhar todas as etapas da metodologia.

Obrigada aos pesquisadores do Laboratório de Linguística de Língua de Sinais pela contribuição à minha pesquisa.

Por fim, obrigada a todas as pessoas que me ajudaram. Muitas não foram citadas, mas nunca serão esquecidas.

## RESUMO

A Linguística Forense é aquela dedicada aos estudos voltados para a linguagem em contextos forenses e judiciais. O objetivo do presente trabalho foi elaborar um glossário semibílingue em LSB-Português com sinais-termo da linguagem forense, a fim de auxiliar os profissionais que atuam em delegacias, os intérpretes de língua de sinais e os sujeitos Surdos eventualmente detidos. A natureza desta pesquisa é de base exploratória, realizada sob três perspectivas distintas, porém interligadas: Terminologia, Terminologia em Libras e em Linguística Forense. A mesma se constituiu por um levantamento bibliográfico, análise de verbos de ação-processo para a posterior criação dos itens lexicais correspondentes em Libras, e, ainda, o desenvolvimento de um glossário temático com os sinais-termo pesquisados. Verificou-se que o perito bilíngue em português e LSB precisa levar em conta a utilização de técnicas no atendimento do surdo em seu local de trabalho no uso do português e da LSB, para que a interação entre ele e o interrogado Surdo seja razoável. Ainda, as abordagens policiais a pessoas surdas são quase sempre traumáticas, especialmente quando o policial não possui conhecimento linguístico. Por fim, verifica-se que é necessária a qualificação dos profissionais que atuam na Polícia, e, para isso, elaboramos esta pesquisa sinais-termo da linguagem, proposta apresentado neste trabalho.

**Palavras-chave:** Linguagem forense. Terminologia. Língua de Sinais Brasileira. Glossário.

## ABSTRACT

Forensic Linguistics is dedicated to language-oriented studies in forensic and judicial contexts. The objective of the present work was to elaborate a semi-glossary glossary in LSB-Portuguese with forensic language term-sign in order to assist the professionals who work in police stations, sign language interpreters and deaf individuals who may be detained. The nature of this research is exploratory, carried out under three distinct but interrelated perspectives: Terminology, Terminology in Libras and Forensic Linguistics. It was constituted by a bibliographical survey, analysis of action-process verbs for the subsequent creation of the corresponding lexical items in Libras, and then the development of a thematic glossary with the term-sign researched. It was verified that the bilingual expert in Portuguese and LSB needs to consider the use of techniques in the care of the deaf at his workplace in the use of Portuguese and LSB, so that the interaction between him and the deaf respondent is reasonable. Also, police approach to deaf people are almost always traumatic, especially when the policer has no linguistic knowledge. Finally, it is verified that it is necessary to qualify the professionals that work in the Police, and for this we elaborated this research term-signs of the proposed language presented in this work.

**Keywords:** Forensic language. Terminology. Brazilian Sign Language. Glossary.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sinal ALGEMA .....	15
Figura 2 - Demonstrativo da mudança de ordem sintática da Libras frente a LP .....	32
Figura 3 - Demonstrativo do comportamento da ordem sintática da Libras frente à LP .....	33
Figura 4 - Mapa dos Estudos da Tradução: dos estudos da interpretação à interpretação jurídica .....	38
Figura 5 - Diferença entre o sinal comum e o sinal termo .....	40
Figura 6 - Formação do sinal – termo da LSB .....	41
Figura 7 - Modelo de Ficha Terminológica .....	42
Figura 8 - Sinal independência do Brasil .....	44
Figura 9 - Exemplo de um sinal-termo criado para a independência do Brasil.	45
Figura 10 - Os tipos de situação dos verbos de forma sistematizada. ....	48
Figura 11 - Representação dos tipos de verbos .....	50
Figura 12 - Sinalização para “beber café com xícara” .....	53
Figura 13 - Sinal “beber” .....	53
Figura 14 - Sinalização para “comer maçã” .....	54
Figura 15 - Capa livro "Lexicologia: a linguagem do noticiário policial" .....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sinais identificados para ALGEMA.....	13
Quadro 2 - Sinal ALGEMA proposto pela pesquisadora .....	16
Quadro 3 - Frase ' <i>A polícia algema o rapaz</i> ' em LSB .....	17
Quadro 4 - Sinalização para 'Estar algemado' .....	17
Quadro 5 - Sinalização 'prender alguém com algemas' .....	18
Quadro 6 - Lista de verbos de ação-processo discutidos na pesquisa .....	57
Quadro 7 - Sinal com imagem de morfema-base.....	60
Quadro 8 - Base-produto.....	61
Quadro 9 - Modelo de verbetes em LP e LSB.....	63



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
1.1 Revisão da leitura sobre língua de sinais.....	20
1.2 Poder de polícia na vida social.....	25
1.3 A prática policial e sua relação com o surdo.....	27
1.4 Abordagem policial.....	28
1.4.1 Abordagem policial frente ao surdo.....	31
1.4.2 O cenário discursivo nas abordagens policiais.....	32
1.5 Linguística forense: conceito e funções.....	35
1.5.1 Linguística forense e terminologia em língua de sinais.....	38
1.6 Tipologia dos verbos: ação, processo e ação-processo.....	46
1.6.1 Os verbos de ação-processo da LSB.....	51
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	55
2.1 Procedimentos para registrar os sinais-termo.....	56
2.2 Análise Geral do Corpus Gerado na Pesquisa .....	59
2.3 A Produtividade Derivacional do Morfema-base na Construção terminológica em LSB.....	59
2.4 Macroestrutura e microestrutura de repertórios lexicográficos.....	62
2.5 Macroestrutura do Glossário semibílingue da Linguística Forense.....	64
<b>3. RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	68
3.1 Proposta de um glossário semibílingue: sinais-termo forenses de verbos de ação-processo.....	69
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>5. REFERÊNCIAS</b> .....	104

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere na área de concentração *Teoria e Análise Linguística*, especificamente na linha de pesquisa *Léxico e Terminologia* do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Escolhemos estudar a Língua de Sinais Brasileira (LSB) com base nos fundamentos da Lexicologia e da Terminologia, a partir dos verbos de ação-processo extraídos do livro **Lexicologia: a linguagem do noticiário policial** (FAULSTICH, 1980). A opção por trabalhar com dados coletados nessa obra deve-se ao fato de encontrarmos nela uma relação de verbos empregados frequentemente em delegacias, e que vem a ser, portanto, úteis em situações de detenção de sujeitos Surdos<sup>1</sup>.

A nossa pesquisa teve como objetivo a elaboração de um glossário semibilíngue em LSB-Português com sinais-termo da linguagem forense, a fim de auxiliar os profissionais que atuam em delegacias, os intérpretes de língua de sinais e os sujeitos Surdos eventualmente detidos. Deste modo, pretendemos atender às necessidades de comunicação no contexto de investigações, interrogatórios e depoimentos. Escolhemos essa área de estudo por ser relevante, pois não há obras de referência que subsidiem os profissionais intérpretes no domínio e compreensão de terminologias com os sinais-termo<sup>2</sup> da área criminal.

A maior dificuldade para esses profissionais nem sempre é a compreensão dos termos em Português, mas a ausência de sinais no momento em que é necessário produzir um texto equivalente na LSB. Ao mediarem a comunicação entre os Surdos e os policiais, por exemplo, os intérpretes empregam muitos sinais da língua comum. Os termos, porém, expressam concepções específicas das áreas a que estão vinculados, reduzindo ou eliminando quaisquer possibilidades de uma interpretação ambígua. Uma atuação indevida de um profissional intérprete pode vir a prejudicar a

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo Surdo com letra inicial maiúscula, seguindo os pressupostos de Junior (2011, p. 12), ao considerar “essa denominação como forma de empoderamento, na necessidade de reconhecer o Surdo com sua identidade vivenciadas nos artefatos culturais, através das manifestações na LSB”.

<sup>2</sup> A expressão sinal-termo foi criada por Faulstich (2012) e aparece pela primeira vez na dissertação de mestrado de Messias Ramos Costa, denominada Proposta de Modelo de Enciclopédia bilíngue juvenil: EncicloLSB (2012).

comunicação com um investigado Surdo. Portanto, conceitos adequados conferem às interpretações de depoimentos maior precisão e diminuem as possibilidades de equívocos durante os interrogatórios.

Acreditamos que um produto terminográfico com sinais-termo da linguagem forense facilitará especialmente aos policiais melhores desempenhos na sua atuação com os Surdos. Assim, esperamos proporcionar com este trabalho uma ferramenta importante para resolver problemas de comunicação entre os Surdos detidos e os profissionais que atuam em delegacias.

A escolha do tema para esta pesquisa teve origem em diversos fatores. Um deles diz respeito a uma notícia publicada em 2015, no site do Estadão<sup>3</sup>, que nos chama a atenção porque um magistrado ordenou a soltura de um Surdo acusado pelo crime de roubo no estado do Tocantins.

De acordo com a publicação, a razão que levou o magistrado a decidir pela liberdade do suspeito foi o fato de este não se comunicar oralmente e, assim, não ter sido interrogado, contrariando o artigo 304, *caput*, do Código de Processo Penal. O Juiz Océlio Nobre, em entrevista ao jornal, justificou a sua decisão, questionando o modo como o Surdo deveria ter tido o direito de ser informado a respeito dos motivos que levaram à sua prisão, o de avisar os familiares e o de permanecer calado.

Na opinião do juiz, sem o acesso a tais informações, a prisão implicaria “grave violação dos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 1º, III e artigo 5º da Constituição Federal”. Estabeleceram-se, então, algumas questões curiosas. Teria o detido sido privado da presença de um intérprete por falta de iniciativa das autoridades policiais ou por desconhecerem esse tipo de serviço? Se um intérprete fosse chamado, como teria ocorrido a interpretação?

A ideia de realizar a pesquisa foi ainda reforçada durante quatro cursos de LSB distintos. O primeiro aconteceu na Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA-DF). O segundo foi realizado no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE-SEEDF). O terceiro ocorreu no Instituto Superior de Ciências Policiais do Distrito Federal. E o quarto curso, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Janyara Oliveira da Costa, foi realizado no Rio de Janeiro sob a temática “A Cena do Crime”. Em todos esses eventos,

---

<sup>3</sup> Fonte: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-manda-soltar-surdo-mudo-acusado-de-roubo-no-tocantins/>.

os participantes relataram a falta de sinais necessários para a área forense e a dificuldade de interação com os surdos quando estes são detidos.

A preocupação com os serviços de interpretação para surdos no âmbito das linguagens de especialidade é assunto em várias esferas da sociedade brasileira. Santos (2016), por exemplo, publicou um artigo em que comenta algumas dificuldades enfrentadas pelos intérpretes no domínio jurídico. Entre elas, foi citada a complexa terminologia na área e a falta de sinais-termo. No seu artigo, a autora menciona a iniciativa de especialistas surdos e não surdos, intérpretes de LSB-Português, um desembargador e estudantes de Direito, para criar um glossário de termos jurídicos.

Entretanto, os trabalhos desse grupo foram suspensos pelo desembargador até que a comunidade surda se mostrasse mais engajada para a sua realização. Santos (*op. cit.*) ressalta ainda que “a formação por competências na interpretação de LSB-Português para atuar na esfera jurídica é um dos grandes desafios a ser enfrentado”.

Em relação ao uso da língua de sinais na área forense, é possível afirmar que a mesma tem sido utilizada com frequência na atualidade, tanto no contexto da investigação policial, quanto judicial (ALMEIDA, 2015).

Houaiss (2009) afirma que a palavra forense tem seu conceito relacionado ao foro, sendo que a linguística forense é a aplicação científica da linguagem em contextos criminais ou de direito. O autor afirma ainda que a linguística forense tem como principal função investigar como a linguagem interfere no processo penal desde as diligências, a prisão do suspeito, a busca de provas, o interrogatório policial, o julgamento até a sentença.

Dentro desse processo, a criação do sinal-termo foi um passo importante em relação ao atendimento das demandas relacionadas aos casos que envolvem a linguística forense em processos que envolvem pessoas surdas. Os sinais-terminos são sinais que servem para expressar os significados usados no vocabulário técnico da Libras, para a compreensão desses significados e são expressões que constam no glossário sistêmico de léxico terminológico (FAULSTICH, 2014).

Porém, a heterogeneidade dos verbos de ação-processo impossibilita a elaboração de uma configuração sintática previsível em muitos casos. Diante disso, o presente estudo propõe uma avaliação dos sinais termos da Linguística



forense em Língua Sinais Brasileira, com uma ênfase especial ao estudo conceitual dos verbos de ação-processo. Com isso, pretende-se contribuir com o meio acadêmico e profissional, nas áreas Linguística e Forense, disponibilizando os dados aos acadêmicos e profissionais destas áreas.


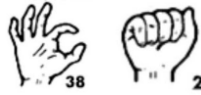




Como a Terminologia em Língua de Sinais é uma área nova, nas publicações sobre linguística forense não foram encontradas referências aos Estudos Terminológicos em LSB, no que diz respeito à criação de sinais-termo dessa área. É possível que esse seja um trabalho pioneiro na área da terminologia forense em LSB.

Há, entretanto, a divulgação de notícias, na mídia, sobre a apreensão de surdos que cometeram delitos. Em geral, quando alguma pessoa que sabe a língua de sinais é chamada para mediar a comunicação entre esses surdos e os policiais, os sinais usados são os mesmos da linguagem comum e não se encaixam na estrutura da linguagem de especialidade. É o caso, por exemplo, do sinal utilizado comumente para se referir a ALGEMA.

Esse problema foi identificado durante uma pesquisa prévia e informal junto a alguns surdos e intérpretes que atuam em Brasília-DF e em outras localidades do Brasil. Ao perguntar que sinal utilizavam para ALGEMA, os profissionais responderam que eram as formas registradas a seguir, no quadro 1:

Quadro 1 – Sinais identificados para ALGEMA

ALGEMA (utilização no DF)	
	<p>Configuração da mão ativa em CM 21, puxando o braço da outra mão em configuração CM 3.</p> 

ALGEMA (utilização no TO)	
	<p>Configuração de mão ativa CM 38 puxando o braço da outra mão em CM 2.</p> 
ALGEMA (utilização no RS)	
	<p>Configuração de mão ativa CM 38, puxando o braço da outra mão em CM 5.</p> 
ALGEMA (utilização no MG)	
	<p>Configuração de mão direita e esquerda nº 44 e a direita nº 38 puxando o braço esquerdo em configuração de mão nº 5.</p> 

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observamos que esses sinais apresentam configurações de mão semelhantes e sempre formados por composição e que variam no ponto em que são articulados ou na orientação da mão ativa. O começo do sinal realizado no Distrito Federal e o começo do sinal de TO são diferentes do começo do sinal de MG e do RS. Conclui-se que a CM do início do sinal não influencia tanto no significado. Pelo modo como são produzidos, podemos considerar os sinais do DF, RS e MG como variantes do sinal registrado no Dicionário Enciclopédico de

Língua de Sinais Brasileira (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2008)<sup>4</sup>. O sinal de TO é igual ao sinal registrado no Capovilla.

Figura 1 - Sinal ALGEMA



Fonte: Capovilla e Raphael (2008).

Entretanto, todos eles só caracterizam a colocação de algemas porque estão associados à segunda forma da composição, que remete à ideia de estar preso pelos pulsos. A depender do contexto, a primeira forma do sinal pode designar o ato de adornar-se com pulseira ou prender qualquer outro objeto no pulso. Esse fato chama a atenção, pois a forma da mão generaliza o instrumento. Isso se deve ao fato de seu significante manter relações de sentido com qualquer objeto cilíndrico colocado no pulso. Assim, reforçamos o argumento de que, embora esses sinais sejam empregados na língua comum, podem não passar o significado mais claro de uma algema que se fecha automaticamente ao ser encostada no pulso do indivíduo a ser algemado.

Uma algema é um instrumento, geralmente composto por duas argolas de metal (aço ou ferro), cuja finalidade é prender uma pessoa pelos punhos na frente ou atrás do corpo<sup>5</sup>. Como os referidos sinais para ALGEMA não correspondem ao que representa um objeto que tem por finalidade privar uma pessoa da sua liberdade. Assim, propus experimentalmente uma nova forma e levei aos pesquisadores do LabLibras para discussão. O LabLibras é um núcleo de pesquisa que possui sala de laboratório e material de pesquisas em LSB. Localiza-se no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP, da Universidade de Brasília – UnB. Os membros do LabLibras são pesquisadores formados na área de linguística especificamente na área de

<sup>4</sup> CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais Brasileira**. v. I: Sinais de A e L. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

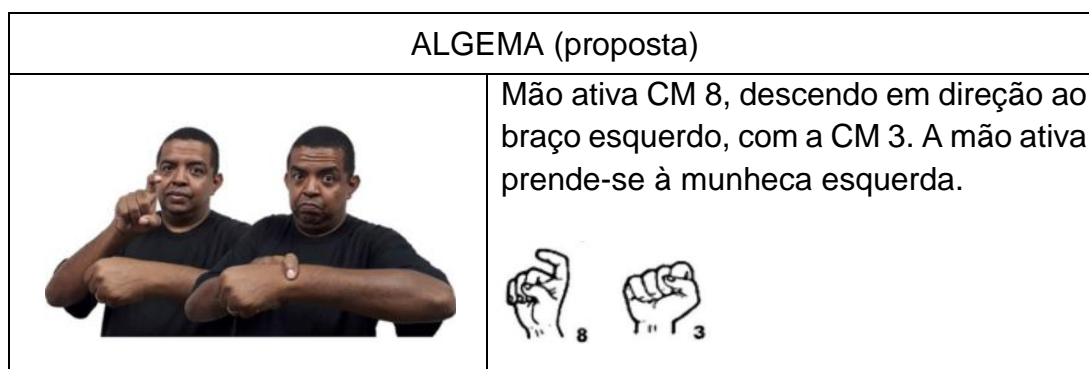
<sup>5</sup> Definição dada pela pesquisadora.

Terminologia e Lexicologia. A pesquisa, avaliação, discussão e validação de sinais é feita nesse laboratório.

A proposta foi aceita por ser considerada compatível com o conceito da área de especialidade em questão.

Nesse sentido, trata-se de uma unidade lexical simples em que a configuração de mão, o movimento e o ponto de articulação se combinam para denotar um objeto com formato de argola, colocado com veemência no pulso, e com fechamento automático, tal como o instrumento utilizado pela polícia, conforme pode ser visualizado no quadro 2:

Quadro 2 - Sinal ALGEMA proposto pela pesquisadora



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Cabe ressaltar que, no sinal proposto, a junção dos pulsos foi transferida para o adjetivo ALGEMADO. Os pesquisadores do LabLibras refletiram sobre o conceito e chegaram à conclusão de que, em razão da estrutura argumental, a forma do verbo deveria possuir a configuração de mãos nº 1, com movimento dos dois braços indo na direção do pulso e batendo uma vez, indicando que a pessoa, representada pelo corpo do sinalizante, está mudando do estado de liberdade para o estado de prisão.

De acordo com essa condição de mudança de estado e seguindo a tipologia verbal proposta por Borba (2006), o sinal equivalente a ALGEMAR pode ser classificado como um verbo de ação-processo. Assim, para se produzir um enunciado em LSB equivalente a '*A polícia algema (ou algemou) o rapaz*', o sinal que expressa a ação se diferencia da forma ALGEMA pelo tipo de movimento, devendo ser produzido da seguinte maneira:



Quadro 3 – Frase 'A polícia algema o rapaz' em LSB



		
POLICIA	ALGEMAR	HOMEM

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Fazendo uma análise mais detalhada sobre o conceito do termo ALGEMAR (ação de prender uma pessoa pelos pulsos com a utilização de algemas<sup>6</sup>), os pesquisadores surdos do LabLibras perceberam a obrigatoriedade de expressar primeiro o argumento que desempenha o papel temático de agente.

Entretanto, ainda durante as discussões no Laboratório, surgiu um novo questionamento. Que sinal, então, deveria ser utilizado para equivaler a uma *pessoa já algemada*? Por consenso, chegou-se à conclusão de que o sinal ESTAR-ALGEMADO deve se opor ao sinal ALGEMAR, porque deve expressar a pessoa afetada. Para os pesquisadores Surdos, há uma diferença entre esses papéis temáticos representados pelos movimentos dos sinais. Portanto, o sinal proposto é o seguinte:

Quadro 4 – Sinalização para 'Estar algemado'

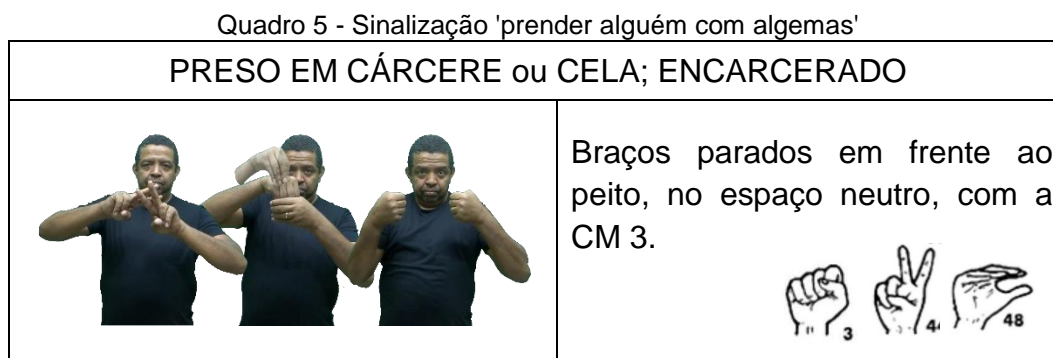
ESTAR ALGEMADO	
	<p>CM 1, bater os pulsos simultaneamente, projetando os braços para frente.</p> 

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Outro ponto relevante da discussão foi sobre a forma da mão, que muitas vezes denota o instrumento utilizado para efetuar a prisão ou o local onde a pessoa se encontra aprisionada. Assim, *prender alguém com algemas e prender*

<sup>6</sup> Definição sugerida pela pesquisadora.

*alguém atrás das grades* devem assumir formas diferentes. Quando se trata de ficar em cárcere com grades, o respectivo sinal toma a seguinte forma:



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como a LSB é de natureza diferente da Língua Portuguesa, muitos sinais podem ser equivocadamente utilizados em contextos na comunicação entre policiais e Surdos. Os exemplos apresentados sumariamente justificam a pesquisa realizada, que tem por objetivo apresentar uma proposta de um glossário técnico com sinais da LSB no contexto forense, mediante os pressupostos teóricos da Lexicografia e da Terminografia. A fim de se alcançar o objetivo, foi necessário determinar previamente as metas para a pesquisa. Foram elas:

- conceituar e contextualizar a linguística forense;
- relacionar a linguística forense com a Língua de Sinais Brasileira e a criação do sinal-termo;
- conceituar verbos de ação-processo na linguística forense na relação com a Língua de Sinais Brasileira;
- avaliar, sob a perspectiva da linguística forense, os sinais-termo já utilizados pelos surdos e intérpretes, com ênfase nos verbos de ação-processo;
- corrigir, criar e validar sinais-termo da área forense.

O conteúdo desta dissertação está estruturado em 4 capítulos principais, organizados da seguinte forma:

- O Capítulo 1 destina-se à revisão bibliográfica e à fundamentação teórica.
- No Capítulo 2, oferecemos uma visão sobre a metodologia adotada para este trabalho. Nele são encontrados os passos seguidos durante a pesquisa para a consecução do nosso objetivo, tais como: a avaliação dos sinais-termo

existentes e daqueles criados no decorrer da pesquisa, a validação dos sinais com os pesquisadores do LabLibras, a elaboração de multimeios e a confecção de material de consulta – glossário – para área forense.

- O Capítulo 3 apresenta à análise dos dados. Nele procedemos a reflexões e discutimos resultados, apresentando alternativas para o preenchimento das lacunas existentes em **Libras/LSB** e um **glossário**.

- No Capítulo 4, por fim, fazemos as nossas considerações finais.

Pretende-se, com os resultados aqui apresentados, beneficiar a comunidade surda e também os profissionais ouvintes, pois são eles, na maioria das vezes, os responsáveis para prender, interrogar, atender, intimar os Surdos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está dividido em duas partes principais. Na primeira parte, apresentamos o quadro teórico que orientou o percurso da pesquisa, destacando a importância da língua de sinais para os surdos e a expansão da LSB para a linguagem policial. A segunda parte mostramos a metodologia e os sinais-termo da linguística forense validados pelos pesquisadores.

### 2.1 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE LÍNGUA DE SINAIS

A revisão da literatura segue dois princípios: o primeiro considera pensamentos gerais e abrangentes dos autores, por isso, não há citação de páginas, só de data da obra. Quando é feita a citação de trecho do autor, são incluídos o ano e a página.

A língua, é entendida como um sistema organizado por regras, resultando numa das principais ferramentas de desenvolvimento dos processos cognitivos do ser humano (FERNANDES, 2003).

A linguagem é uma das faculdades cognitivas humanas que permite a comunicação. Por meio dela, o ser humano pensa, traduz o que sente, registra o que conhece e se comunica com os outros, produzindo significação e sentido para tudo o que o cerca (UZAN; OLIVEIRA; LEON, 2008).

A relevância da língua de sinais reside no papel que ela desempenha para o desenvolvimento dos surdos e para as políticas públicas de inclusão. Não, por acaso, que Zanette (2010) afirma que o uso da LIBRAS pode ser uma das formas de garantir a preservação da identidade das pessoas com deficiência auditiva, facilitando ainda a compreensão entre surdos e ouvintes.

Reconhecida pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão, a Língua de Sinais Brasileira (BRASIL, 2002), é uma língua natural. É designada Libras e tem como propósito atender as necessidades de comunicação das pessoas surdas dentro da comunidade. É vista ainda como uma maneira de as pessoas poderem expressar qualquer conceito ou sentimento próprio, desde o descritivo/concreto até aqueles relacionados ao emocional/abstrato (UZAN; OLIVEIRA; LEON, 2008).

Portanto, a Lei TO.436 garante formas institucionalizadas para apoiar o uso de Libras como forma de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (UZAN; OLIVEIRA; LEON, 2008). Além disso, a presença de intérpretes de Libras, garantida por lei em ambientes escolares, possibilita uma melhor comunicação entre os surdos e destes com os demais ouvintes (ZANETTE, 2010).

A Linguística de sinais, por sua vez, tem a função de apresentar a língua e a cultura surda. Segundo Vygotsky (1998), a linguagem de sinais correspondente à fala para os indivíduos surdos, e, portanto, os surdos não devem ser considerados deficientes na esfera linguístico-comunicativa.

De um modo geral, as línguas de sinais são utilizadas por todas as pessoas surdas em todas as partes do mundo. É por meio de sinais que acontece a comunicação em Língua de Sinais Brasileira – Libras, que se dá com a posição e o movimento das mãos, sendo o ponto de articulação do sinal no próprio corpo ou espaço de sinalização, utilizando-se ainda de algumas expressões faciais ou corporais (PEREIRA, 2018).

Skliar (1999) afirma que a língua de sinais é produzida por meio das mãos, com o auxílio de movimentos do corpo e da face, que desempenham diferentes funções. De um modo geral, a língua de sinais não é mímica, pois ela tem uma estrutura própria. Segundo Pereira (2018), a Língua de Sinais Brasileira está composta de todos os componentes: gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada como instrumento linguístico de poder e força. Portanto, assim como qualquer outra língua, a Libras possui as suas regras, ainda que receba influências de outras línguas de sinais, como é o caso da Língua Americana de Sinais (ASL).

Sá (2001) declara que tanto as línguas oral-auditivas (usadas pelos ouvintes) quanto as línguas visoespaciais (usadas pelos surdos), podem ser entendidas como sistemas abstratos e que possuem regras próprias. Foram realizados diversos estudos com a Língua de Sinais Brasileira que demonstraram que a língua possuía estrutura linguística com funções semelhantes à de uma língua oral. Estes estudos comprovam que a Libras é a melhor alternativa para a educação dos alunos com surdez, sendo que, na

atualidade, a LSB é considerada como sendo a primeira língua a ser adotada pelo surdo (SANCHEZ, 1990).

Dessa forma, a Libras é importante na comunicação dos surdos, pois permite o desenvolvimento completo da linguagem. Sobre isso, Brito (1993) comenta que:

As Línguas naturais têm a função de suporte do pensamento, função esta frequentemente ignorada por especialistas envolvidos na educação do surdo que consideram a Língua apenas como meio de comunicação. As Línguas de Sinais, por serem naturais e de fácil acesso para os surdos, são extremamente importantes para o preenchimento da função cognitiva e suporte do pensamento (BRITO 1993, p. 34).

Para que o surdo seja incluído na comunidade, é fundamental que aprenda e use sua língua. Um aluno surdo que estuda numa escola regular apresenta algumas dificuldades de aprendizagem em razão da comunicação e acaba sendo visto como incapaz ou como aquele que possui problemas de cognição. Por isso, busca constantemente um grupo em que se sinta à vontade, com o qual se identifique e que utilize a mesma língua (KIRK; GALLAGHER, 1996).

Os surdos precisam frequentar uma escola que atenda às suas necessidades especiais, ou seja, uma escola que seja capaz de desenvolver a Língua de Sinais como primeira língua e que seja vista como uma postura política e ideológica de respeito ao grupo. A inclusão das pessoas com surdez na escola comum vem passando por vários desafios, sendo que, muitos destes desafios estão relacionados às condições de comunicação, interação entre seus pares e o conhecimento dos professores, além da sua capacitação para o trabalho com esta população (SOUZA; SILVA; BUIATTI, 2015).

Conforme ALMEIDA (2000, p. 3), a pessoa surda pode conviver com ouvintes desde que haja

[...] um esforço mútuo de aproximação pelo conhecimento das duas línguas, tanto por ouvintes como por surdos. A permanência do surdo na escola regular é à custa do acobertamento das dificuldades encontradas pelo mesmo. Os professores das salas regulares não estão preparados para ensinar os surdos, sendo que, a maioria não sabe nem mesmo como comunicar-se (ALMEIDA, 2000, p.3).

A formação dos professores para a educação de surdos em alguns locais baseia-se na língua de sinais e no uso de códigos visuais para a comunicação.

Segundo Machado (2010), em alguns cursos de formação de professores que vão trabalhar com a pessoa surda, fomenta-se a utilização do método oral, numa perspectiva clínica da surdez.

Com a Declaração de Salamanca (1994), a língua de sinais se fortaleceu, e as propostas educacionais e o bilinguismo se estruturaram. No Brasil, por meio do Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), que regulamenta a lei de Libras, ficou definido que a esta seria a primeira língua para os surdos, e a Língua portuguesa na modalidade escrita, a segunda (SOUZA; SILVA; BUIATTI, 2015).

Neste contexto, exige-se que na grade curricular para a formação de professores, deve constar o ensino de Libras. Dessa forma, o Ensino superior se responsabiliza pela formação inicial de professores para que a Língua Sinais Brasileira esteja efetivamente presente na escolarização das pessoas surdas. Para ser um professor de Libras, o profissional deverá ter a formação em nível superior em cursos de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (SOUZA; SILVA; BUIATTI, 2015).

Geralmente, no Brasil, os professores da escola especial ainda têm pouco domínio da língua de sinais, sendo que o apoio das famílias neste processo e a organização pedagógica da escola também deixam a desejar. A falta de um trabalho coletivo, a ausência de materiais didáticos adequados e a falta de diálogo entre as crianças e suas famílias são fatores determinantes para o problema, pois o ambiente de comunicação dos surdos acaba sendo limitado (NASCIMENTO, 2018). Os desafios de muitos educadores para o exercício da docência da Língua Portuguesa na atualidade se dão também pela falta de conhecimento acerca de metodologias mais apropriadas a esse tipo de trabalho.

Os processos de ensino e de aprendizagem dos surdos aparece para muitos educadores das escolas especiais como um “choque”, em razão das transformações que acontecem de forma rápida, levando esses educadores a adotar uma prática educacional tradicional (MELLO, 1993).

Nascimento (2018) menciona ainda que a educação bilíngue para os educadores ainda é vista como um projeto desconhecido, pois, o oralismo ainda é considerado melhor do que o bilinguismo para a educação de surdos. Portanto, com a oficialização da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil, regulamentada pela Lei nº 10.436,

de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e com o impulso na produção científica acerca da surdez, muitos professores passaram a reconhecer a perspectiva bilíngue, como a mais adequada (NASCIMENTO, 2018).

Nesse sentido, entende-se que foi tomada pelo governo uma decisão importante para educação dos surdos no Brasil ao aprovar uma legislação com importantes avanços como exposto nos três primeiros artigos, a seguir:

Art.1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art.2º: Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil .Art.3º: As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (BRASIL, 2002, p. 20).

A luta por um ensino digno para os alunos surdos vem de longa data. O preconceito quanto ao uso da língua de sinais persiste em algumas escolas e famílias (SOUZA; SILVA; BUIATTI, 2015). Os pais, muitas vezes, não utilizam a Língua de Sinais na comunicação com seus filhos, porque não sabem da importância dela para o desenvolvimento psíquico-social como uma forma de aquisição dos conhecimentos por pessoas surdas. Muitos destes pais ficam iludidos, achando que seus filhos possam ouvir e buscam tratamentos clínicos e educação oralista tentando desta forma oferecer aos filhos surdos, a oportunidade de se constituírem como cidadãos por meio da linguagem oral (ALMEIDA, 2000).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores é compreender a lógica do pensamento dos surdos, reconhecendo a necessidade de dialogar com os estudantes em Libras, a fim de perceber quais as especificidades a serem consideradas no processo educacional (NASCIMENTO, 2018). Para isso, é preciso que a educação bilíngue seja bem compreendida e aplicada. Assim,



resultaria em efetiva aprendizagem e interação com o meio social, entre os surdos e não surdos. A educação bilíngue para os surdos é necessária porque envolve a transformação da situação monolíngue da escola (FERNANDES, 2006).

O processo de formação continuada da equipe escolar exige a redefinição do modo de relação com os surdos. A formação continuada é vista como um momento crucial para formar os professores que irão atuar na educação de surdos, seja esta inclusiva como propõem as políticas públicas de educação, seja esta especial, como defendem alguns pesquisadores (COLLARES; MOYSES; GERALDI, 1999).

Durante os anos de 60, pesquisas foram realizadas para que houvesse mudanças significativas e importantes na educação dos alunos com surdez. Mas, os professores da educação especial tinham em seu pensamento que o oralismo em sala de aula desenvolvia a comunicação e socialização dos alunos surdos. Os resultados não eram satisfatórios, pois não se percebia a suficiência necessária e ainda o aluno apresentava poucas habilidades, tanto na leitura quanto na escrita (MARCHESI, 1995).

No Brasil, o respeito conquistado pela LSB para os alunos com surdez pode ser considerado como um passo extremamente importante para a ocorrência de sua real integração com a sociedade. A evolução proporcionou que a LSB deixasse de ser vista apenas como uma “mímica” e, sim, passasse por um reconhecimento geral, com base científica para se tornar a língua natural do surdo por meio de modalidade gestual (NASCIMENTO, 2018).

A partir disso, a língua de sinais foi se expandindo também para outras áreas, como é o caso da linguística forense, sobre a qual trataremos em capítulo posterior. Como este é o núcleo do presente estudo, a seguir serão apresentadas algumas considerações sobre a prática policial e a sua relação com o surdo.

## 2.2 PODER DE POLÍCIA NA VIDA SOCIAL

O poder de polícia, na área do Direito Administrativo, trata dos fatos geradores das taxas. O poder de polícia, nas atividades da administração pública, se limita ao interesse público ou à liberdade, ou seja, regula a segurança

da população e a prática de ato ou abstenção de fato, em favor do interesse público.

Segundo Di Pietro (2012), o direito administrativo brasileiro cuida de temas que se dividem em dois aspectos contrários: a autoridade da Administração Pública e a liberdade individual. Portanto, o tema relativo ao poder de polícia é referente ao confronto destes dois aspectos: de um lado, o cidadão quer exercer plenamente os seus direitos; de outro, a administração tem por incumbência condicionar o exercício daqueles direitos ao bem-estar coletivo e ela o faz usando de seu respectivo poder de polícia.

Nesse sentido, a administração pública exerce o poder de polícia sobre todas as condutas ou situações particulares que afetam os interesses da coletividade. Este poder é desempenhado por variados órgãos e entidades administrativas. Se, por um lado, a polícia administrativa exerce poder sobre as atividades privadas, bens ou direitos, por outro, a polícia judiciária exerce sobre pessoas (ALEXANDRINO; PAULO 2015).

Segundo Mello (2017), a polícia administrativa é aquela que, através dos órgãos administradores, desempenha o papel de fiscalizar, e a função da polícia judiciária é executada pelas corporações específicas como a polícia civil, Polícia Federal e a Polícia Militar. Ainda conforme o autor, a polícia judiciária é privativa de corporações especializadas (polícia civil e militar), e a polícia administrativa se reparte entre diversos órgãos da Administração, como a polícia militar, os vários órgãos de fiscalização como os que atuam nas áreas de saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social (MELLO, 2017).

O poder da polícia na administração no sentido amplo atua abrangendo várias atividades do Legislativo e do Executivo, como a criação das limitações administrativas ao exercício dos direitos e das atividades individuais, das normas gerais e abstratas dirigidas indistintamente às pessoas que estejam em idêntica situação, também, a aplicação da lei aos casos concretos, pode o Executivo baixar decretos, resoluções, portarias, instruções (DI PIETRO, 2012).

O poder de polícia conforme a lei é de fiscalizar, vistoriar, colocar ordem, notificar, e de medidas repressivas como a interdição de atividade, apreensão de mercadorias deterioradas, internação de pessoa com doença contagiosa, com a finalidade de coagir o infrator a cumprir a lei (DI PIETRO, 2012).

Desta forma, o poder de polícia é de proteger, condicionando-o ao bem-estar social, e reduzindo quando em conflito com interesses maiores da coletividade e na medida estritamente necessária à consecução dos fins estatais.

### 2.3 A PRÁTICA POLICIAL E SUA RELAÇÃO COM O SURDO

No ambiente militar são realizados vários cursos para a prevenção, preparação e conscientização, tanto no ambiente de trabalho como fora dele, visando o bem-estar físico e social das pessoas. É no ambiente de trabalho que policiais e bombeiros mais se deparam com obstáculos e situações difíceis relacionados ao contato com pessoas com algum tipo de deficiência ou limitação, e até mesmo relacionado à comunicação (OLIVEIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013). Dessa forma, é evidente que o profissional da área policial também necessita de um treinamento e qualificação adequada para tratar destas situações, e para poder proporcionar através de seu trabalho um meio de promoção da inclusão social (OLIVEIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013).

Um curso básico de Libras com um professor surdo serve para modificar as concepções iniciais dos participantes, amplia o entendimento sobre o potencial do surdo e impulsiona o uso da língua de sinais como meio para garantir a acessibilidade da pessoa surda aos bens e serviços da sociedade. Por essa razão, vários cursos de qualificação estão sendo ofertados para policiais no que diz respeito a saber como proceder em relação à comunicação em situações de serviço com a pessoa surda, ou ainda, como atender ou abordar uma vítima ou delinquente que não se comunica por meio da fala (OLIVEIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013).

Tais cursos ocorrem também em algumas universidades, ainda que grande parte dos participantes possua pouco ou nenhum contato com pessoas surdas. Desta forma, além de aprenderem a respeitar o sujeito surdo, adquirem noções básicas de Libras que servem principalmente para os que atuam em serviços públicos (PERLIN, 2005).

Sabe-se que toda questão referente à segurança pública recai de um modo geral sobre as polícias, que têm, por sua vez, o papel de investigar os casos que envolvem crimes e contravenções penais. Os policiais recebem a

incumbência de obedecer a mandados e ordens judiciais em diversas situações, como, por exemplo, nos casos que envolvem mandados de busca e apreensão, investigações, inquéritos policiais. Também, cabe à polícia exercer a paz, a tranquilidade e a estabilidade no meio social perante o Estado (MELLO, 2017).

No caso da relação do policial com o surdo, a segurança pública, segundo Assis (2007), para que o surdo possa ser atendido adequadamente, deve haver compreensão de determinados conceitos jurídicos ou expressões contidas em normas jurídicas.

## 2.4 ABORDAGEM POLICIAL

A abordagem policial se refere às ações policiais a fim de se aproximar de uma ou mais pessoas, veículos ou edificações, com o propósito de resolver demandas do policiamento ostensivo, como, por exemplo, as orientações, assistências, identificações, advertências de pessoas, verificações, realização de buscas e detenções (MINAS GERAIS, 2013).

Dessa forma, verifica-se que a abordagem policial é o ato de aproximar-se de pessoas, veículos, embarcações, aeronaves ou edificações a fim de confirmar ou não se tiver algum indício de que a pessoa traga consigo objetos ou coisas relacionadas a ilícitos penais, tendo por base a lei processual penal. Portanto, abordar pessoas é um procedimento realizado pelas instituições policiais para verificar se alguém traz consigo armas, drogas ou outros materiais ilícitos que possam ser utilizados para a prática de crimes ou atos ofensivos à segurança e à ordem pública (ASSIS, 2007).

A abordagem policial realizada em pessoas varia conforme os fatos motivadores da abordagem e o ambiente, assim, o policial militar deve compreender as peculiaridades daquele com quem interage e não vincular essa interação, necessariamente, a ações delituosas (MELLO, 2017).

Nesse sentido, o policial em suas abordagens deve utilizar de técnicas, de táticas e de recursos apropriados para tal intervenção policial com a pessoa em atitude suspeita ou não. Portanto, nesta lógica, o ato de abordar uma pessoa significa dizer que esta abordagem policial é realizada de ofício, de forma a cumprir a legislação vigente. Assim, o ato de abordar é discricionário, e jamais

poderá ser ilegal, com a pena de não atingir sua finalidade precípua, que é o bem comum (MELLO, 2017).

Ressalta-se que é importante que a comunidade compreenda que, quando o policial militar realiza determinada abordagem, a pessoa que está sendo abordada deverá ter um tratamento respeitoso. Pois, a abordagem policial é desempenhada sempre pelas autoridades policiais, dotadas de competência para a ação preventiva e repressiva, com fundamento no poder de polícia do Estado, visando à preservação da ordem pública.

Desta forma, a abordagem policial consiste na segurança pública, na promoção da cidadania, na dignidade humana e dos direitos e garantias fundamentais, tendo por finalidade a defesa da vida, preservação da incolumidade física das pessoas, do patrimônio, da administração pública e da regularidade das atividades lícitas. Esta abordagem pode ser em busca pessoal, veicular e domiciliar, sendo que o objetivo principal de uma abordagem policial é de fiscalizar, investigar, orientar, advertir, assistir, e se, estiverem presentes os requisitos da prisão em flagrante, efetuar a prisão.

Conforme Mello, (2017) a abordagem policial deve ser realizada da seguinte forma:

Em situações de pontos de bloqueio ou de controle de trânsito, por amostragem ou de forma seletiva, conforme a finalidade da operação; Em situações de patrulhamento, tendo por objeto pessoa ou grupo das quais emanam indícios de estarem em atitude suspeita; Em qualquer situação em que se vislumbrem indícios de a pessoa ou grupo terem acabado de cometer, estar cometendo ou na iminência de cometer infração penal ou ato infracional. Quando as características da pessoa a ser abordada tiver verossimilhança com as de quem estiver sendo procurada (MELLO, 2017, p.14).

Os princípios fundamentais da abordagem policial segundo Mello são:

A proteção dos direitos humanos; A participação e interação comunitária; A resolução pacífica de conflitos; O uso proporcional e escalonado da força; – A eficiência na prevenção das infrações penais ou atos infracionais; A atuação isenta e imparcial do policial; A estrita observância dos procedimentos de segurança do policial e do abordado, e; A aplicação das regras de urbanidade; sendo que, a abordagem policial poderá representar um encontro entre a polícia e o público e os procedimentos adotados pelos policiais e com a avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com quem interage, podendo estar relacionada à infração penal ou ao ato infracional, ou não (MELLO, 2017, p.15).

Depois desta contextualização sobre o poder de polícia e das formas e possibilidades de abordagem policial, verifica-se que a literatura atual apresenta raríssimas referências com relação à abordagem de surdos por policiais, seja no Brasil, seja em outros países.

Nesse sentido, verifica-se que na abordagem policial, as pessoas que apresentam alguma necessidade especial, ficam vulneráveis, assim como nas demais situações vivenciadas pela sociedade, por causa de suas dificuldades e barreiras de convívio na coletividade. Por esta razão, o policial militar deverá abordar estas pessoas com necessidades especiais de acordo com a sua deficiência, tendo de ter o mínimo de preocupação para que o portador de necessidades especiais possa ser abordado e encaminhado de forma correta.

Para a polícia militar de Minas Gerais (2013), o policial necessita conhecer alguns conceitos relacionados a essas pessoas com alguma necessidade especial:

Toda deficiência, seja ela psicológica, fisiológica ou anatômica, auditiva, visual, mental, física, neurológica (paralisia cerebral) ou múltipla (tetraplegia, cegueira e surdez); Doença: manifestações de falta ou de perturbações da saúde, moléstia, mal, enfermidade, que podem ser temporárias (tuberculose e pneumonia) ou definitivas (hanseníase e AIDS); Incapacidade para realizar uma atividade, na forma ou na medida em que se considera normal para um ser humano; Impedimento: situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de determinado papel, levando em conta circunstâncias como idade, sexo, fatores sociais e culturais é toda perda ou anormalidade de uma estrutura (MINAS GERAIS, 2013, p.11).

Nestes casos, a abordagem policial, conforme documento de Minas Gerais (2013), devem ser realizadas da seguinte maneira:

O policial militar se manterá atento às questões da segurança, jamais subestimando a capacidade individual do deficiente ou o seu envolvimento com outras pessoas na ocorrência; o policial deve evitar gracejos ou situações que possam ridicularizar as expressões da pessoa abordada, causando-lhe constrangimento ou exposição desnecessária; o abordado deverá ser avisado antes de receber a busca pessoal, momento em que também será orientado a manter-se calmo, tendo em vista que lhe serão assegurados todos os seus direitos (MINAS GERAIS, 2013, p.111).

Toda abordagem policial a pessoas que possuem alguma necessidade especial deverá ser realizada de forma legítima, em que o policial não exceda o

seu poder de polícia, privando o cidadão de seus direitos e garantias, pois assim irá ferir a missão, os valores ético e profissional do serviço policial.

#### **2.4.1 Abordagem policial frente ao surdo**

De maneira geral, os policiais realizam suas abordagens por meio de determinadas técnicas padronizadas que são: a abordagem, a busca e a identificação. A diferença entre elas é que a abordagem propicia a segurança e a proteção, enquanto a busca aproxima o sujeito do processo de identificação. A identificação, por sua vez, é realizada por meio de revistas às pessoas, sendo que algumas delas podem possuir armas ou objetos relacionados com a suposta infração (BENASSI, 2018).

O policial militar tem como função inibir os atos criminosos por meio de instrumentos que ajudam no combate ao crime. Normalmente, a abordagem policial é realizada com discurso e imposição oral. Os policiais são treinados e capacitados para proteger a população (BENASSI, 2018). Mas como fazer isso com a pessoa surda?

Segundo Alves (2011), as abordagens policiais diante da pessoa que é surda, são quase sempre traumáticas, tanto para o surdo quanto para o policial, especialmente quando o policial não possui o treinamento adequado. Isto acontece em razão do despreparo que o policial tem em lidar com um sujeito que não tem o mesmo sistema linguístico.

Ressalta-se que, com a aprovação da Lei Federal nº 10.436 (BRASIL, 2002), todos os profissionais devem se capacitar para atender os surdos na língua em que eles (os surdos) se sintam confortáveis para se expressarem. Porém, na prática, isso não tem acontecido de forma satisfatória (ALVES, 2011).

Diante desta situação, cada vez mais comum no cotidiano das abordagens policiais da pessoa que é surda, ou que possui alguma limitação auditiva, no processo de uma abordagem policial, algumas universidades estão ofertando cursos e treinamentos para capacitar os policiais a se comunicarem em Libras. Alguns cursos já preveem esta proposta pedagógica em três módulos, para que estes profissionais se qualifiquem satisfatoriamente.

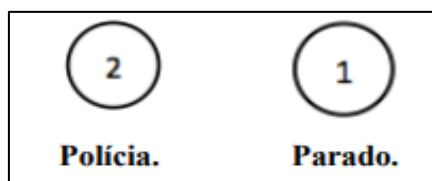
## 2.4.2 O cenário discursivo nas abordagens policiais

Durante uma abordagem policial, o que é mais importante é o discurso, que se torna fundamental para compreender o diálogo que permeiam este trabalho. Portanto, o discurso e o diálogo não são somente uma forma de comunicação, nem um contato verbal entre dois ou mais indivíduos (BRAIT; MELO, 2008).

Para Lacerda (2000), nas abordagens policiais de rotina ou em situações em que o sujeito infringiu a lei, e naquelas em que envolve um surdo, o tradutor deve transferir o que sabe, sendo que esta transferência deve ser um processo ativo. O discurso de uma abordagem policial apresenta algumas peculiaridades linguísticas. Por exemplo, no caso de uma abordagem com uma pessoa que é surda, o policial em primeiro lugar deve possuir um bom conhecimento da língua de sinais e das mudanças de significações no uso do vocabulário.

De acordo com Benassi (2018), quando o policial realiza uma abordagem para poder averiguar o que aconteceu, em primeiro lugar, ele fala: “Polícia. Parado!”. Em seguida, ele fala: “Coloque as suas mãos na cabeça e vire-se, abra as pernas, pois vamos te revistar”. Mas, em relação ao cidadão surdo, é fundamental fazer uma inversão nos comandos, caso contrário, a pessoa com surdez entenderá que a polícia deve parar. Esse pesquisador, representou a inversão em um esquema, baseado na Libras, como demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Demonstrativo da mudança de ordem sintática da Libras frente a LP



Fonte: Benassi (2018).

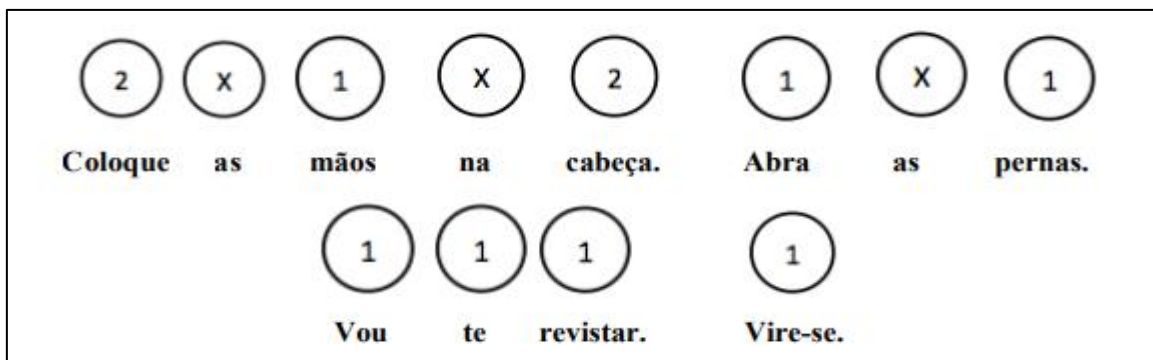
Caso tal ordem não seja respeitada, o surdo entende que a polícia deve parar, pois a sequência na língua de sinais deve apresentar primeiro o sujeito seguido do sinal referente à ação imperativa (BENASSI, 2018).

O segundo ponto importante na abordagem é o momento em que o policial ordena que o surdo coloque as mãos na cabeça e vire. Para o surdo, a obediência ao comando vai depender do seu campo visual, e isso terá de ser



levado em consideração na ocasião da abordagem. Na figura 3, adaptada de Benassi (2018), encontra-se a demonstração da ordem sintática sugerida para uma abordagem em Libras.

Figura 3 - Demonstrativo do comportamento da ordem sintática da Libras frente à LP



Fonte: Benassi (2018).

Depois que o policial revistar o surdo, ele deverá dar um toque somente com suas mãos no ombro do surdo, sendo que, com este gesto, o surdo se voltará para ele. Para realizar a abordagem a um indivíduo com surdez, em uma situação de rotina e de simples averiguação, o policial deve manter a mão dominante sobre a arma, ao mesmo tempo em que dá os comandos com a mão de apoio. Por motivo de segurança, outro policial se mantém na retaguarda (BENASSI, 2018).

As orientações de Benassi exemplificam como a abordagem a uma pessoa surda é relativamente diferente, requerendo do policial uma qualificação adequada.

Quando a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) foi aprovada, a literatura se mostrava ainda incipiente em relação aos aspectos da língua. Na época, foi reconhecido também o ensino da Libras como segunda língua para ouvintes, o que leva os órgãos públicos a disponibilizar treinamentos específicos aos servidores, incluindo os policiais, para que haja condições de atender a estas pessoas (BENASSI, 2018).

No Brasil, muitas pessoas surdas são presas por engano, sendo que, em vários casos, o motivo principal é a falta de comunicação (ALVES, 2011). Portanto, a formação de profissionais é muito importante. Assim, diante destes problemas, já estão sendo ofertados cursos para que os profissionais se

qualifiquem. Espera-se, com isso que, na hora da abordagem, possam identificar que o sujeito é surdo possui alguma limitação auditiva e, assim, possam interagir por meio da Libras.

Tratando-se de Libras aplicada ao contexto de abordagens policiais, Alves (2011) observa que os professores devem atuar para que seja dado ao curso um bom direcionamento, priorizando o aspecto da interação. Para os policiais, fica a responsabilidade de estudarem e de se inteirarem sobre a Libras nos diversos contextos, solicitando aos seus respectivos comandantes as condições necessárias para que suas abordagens sejam realizadas com a devida segurança e respeito ao surdo.

Há pessoas que acreditam que se relacionar com o surdo é só aprender a línguas de sinais. Entretanto, estas pessoas estão equivocadas, porque a comunicação com o surdo é apenas o primeiro passo. A população de surdos é considerada como uma sociedade específica em razão de suas condições e compreensões sobre mundo dos ouvintes. Para manter um bom relacionamento com surdos, primeiramente as pessoas precisam aprender a conviver e compreender suas particularidades (SILVA, 2018).

Verifica-se que, no Brasil atual, há uma certa resistência em se integrar à população surda, porque as entidades que trabalham em favor desta parcela de brasileiros são, na maioria das vezes, organismos não governamentais ou associações formadas pelos Surdos.

É preciso considerar que a segurança pública de nosso país, ainda é desatenta com os portadores de deficiência auditiva, pois, em muitas pesquisas e consultas às Instituições Policiais Militares de todo o Brasil, se constatou que nenhuma instituição Policial Militar tem o ensino de Libras nas matrizes curriculares referente aos seus cursos de capacitação (SILVA, 2018).

Dessa forma, constata-se que os surdos em nosso país não estão sendo atendidos adequadamente na questão da segurança pública e da comunicação nesse setor. O surdo possui muitas necessidades. A primeira delas é o reconhecimento de que eles são cidadãos brasileiros e gozam de todos os direitos previstos na Constituição Brasileira. Nesse sentido, segundo Silva (2018), outra necessidade importante relacionada à segurança pública e ao surdo é a de fazer com que os profissionais vejam os surdos como uma comunidade à parte, com valores diferenciados, com visão de mundo peculiar e

forma de comunicação exclusiva, em que a língua portuguesa é praticamente estrangeira apesar de serem brasileiros.

Com relação à linguística forense, são muitas as pesquisas nessa área em universidades do mundo, em conjunto com departamentos de polícia e laboratórios governamentais ou particulares. Entretanto, nenhuma dessas pesquisas envolve surdos ou língua de sinais. A Universidade de York, na Inglaterra é uma delas, que, por meio do seu Departamento de Ciências da Linguística e da Linguagem, desenvolve um programa de Mestrado envolvendo diversos laboratórios de ciência forense do mundo.

Na Inglaterra, a Universidade de Cambridge faz pesquisas coordenadas pelo Departamento de Linguísticas Aplicada e Teórica, (SILVA, 2018). Na Alemanha, por sua vez, são realizados projetos em conjunto com órgãos da polícia estatal como a agência estadual de investigação alemã, através de seu Departamento de Identificação de Falante e Análise de Áudio (BRAID, 2003). Na Holanda, o Instituto Forense, ligado ao Ministério de Segurança e Justiça, é o órgão mais procurado pela polícia, pela promotoria e pelos tribunais, para trabalhos nas mais diversas áreas da linguística forense (BRAID, 2003). No Instituto Forense da Holanda, todos os profissionais têm algum tipo de formação em Linguística, em Fonética, em Variação linguística, Fonoaudiologia e Ciência forense da fala, com a colaboração de profissionais de tecnologia da fala (GOLD; FRENCH, 2011).

Este trabalho, portanto, é o primeiro passo em âmbito internacional a ser dado na direção das pesquisas que consideram língua de sinais na área da linguística forense.

## 2.5 LINGUÍSTICA FORENSE: CONCEITO E FUNÇÕES

A Linguística Forense é a área da linguagem dedicada ao Direito, ou seja, os estudos são voltados para a linguagem em contextos forenses e judiciais. No Brasil, a Linguística forense está em fase de desenvolvimento, sendo que esta área da Linguística teve sua expansão iniciada em países como a Austrália, Estados Unidos e no Reino Unido (SANTOS, 2008).

Segundo Butters (2011), a Linguística forense expandiu-se nestes países pela necessidade de juristas e advogados utilizarem a linguagem como

evidência nos processos judiciais. Assim, começou um estreitamento entre a Linguística e o Direito, que se refletiu na linguagem nos tribunais.

A Linguística forense é utilizada tanto no contexto da investigação policial quanto dos processos judiciais. Está presente, de modo geral, em estudos e investigações sobre chamadas de emergência, pedidos de resgate, comunicações de ameaça, bilhetes de suicídio, cartas anônimas, verificação de plágio, ou até mesmo em testamentos, sentenças e estatutos (ALMEIDA, 2015).

Inicialmente, no Brasil, os estudos da linguagem forense eram mais voltados para a preparação de advogados civis e/ou criminais nas apresentações em tribunais e para amparar e avaliar as provas em investigações criminais e procedimentos penais. Com o passar dos anos, essa área conquistou novas funções, constituindo-se inclusive como meio de obtenção de provas e evidências (BUTTERS, 2011). Os advogados, que representam seus respectivos réus e agências governamentais, convocam linguistas forenses para ajudá-los a analisar evidências na língua falada ou escrita (JORGE, 2016).

Na Linguística forense estudam-se diferenças e semelhanças do discurso oral ou escrito de um indivíduo, como na identificação de cartas e documentos, na falsificação de textos, nos discursos orais, nas gravações telefônicas. Por meio de análises, por exemplo, pode ser comprovada a autoria de um crime (JORGE, 2016).

Segundo Rodrigues (2005), na linguagem de direito prevalece a análise do discurso oral, com considerações a respeito da especificidade da linguagem jurídica e das dificuldades de comunicação que provêm do seu uso. Desta forma, a linguística forense é um estudo científico que se baseia na linguagem para assim poder resolver questões relativas à justiça e aos tribunais.

A Linguística forense divide-se em vários ramos de estudo, desde a identificação de voz até a análise de discurso, passando pela identificação de autoria de crimes, pela análise da linguagem usada em tribunais (juízes, advogados e testemunhas), pelos textos de lei e pelos estudos de interpretação e tradução forense (MCMENAMIN, 2002). A análise técnica é realizada em um texto escrito ou oral, cujo conteúdo é tido como suspeito ou questionável, em casos de injúria, difamação, assédio, suborno, ameaça e extorsão (ALMEIDA, 2015). Em suma, focaliza as investigações em crimes relacionados à linguagem.

A análise da Linguística forense tem ainda a função de determinar a autoria de textos, como em cartas de suicídio, mensagens ameaçadoras anônimas, sequestros, chantagens, mensagens via celular, *websites* com conteúdo ilegal, e-mails anônimos ofensivos (ALMEIDA, 2014).

Martins (2014) ressaltam ainda que a Linguística forense teve início por meio de trabalhos na área da Fonética forense. Nos primeiros trabalhos em Fonética acústica, foi desenvolvido e testado com sucesso um método de identificação do falante por meio do isolamento de um traço fonético particular. O trabalho de peritagem nesta área visa a estabelecer uma ponte entre a investigação e a sua aplicação ao contexto judicial.

Os trabalhos de Gillier (2011) também contribuem para a área da Fonética acústica, proporcionando análises do efeito que alguns disfarces da voz exercem na sua frequência fundamental. Segundo Almeida (2014), as análises de autoria geralmente se enquadram em duas grandes categorias. A primeira categoria se refere aos casos de plágio. A segunda categoria remete aos textos anônimos ou àqueles assinados por pseudônimos, em que a autoria é questionada ou erroneamente atribuída.

McMenamin (2010) observa que o estilo linguístico detectado em um texto é o resultado do que um indivíduo seleciona para seu uso dentre um conjunto de ferramentas linguísticas disponíveis para o grupo ao qual ele pertence. Idioleto e estilo dizem respeito ao conjunto de elementos linguísticos que caracterizam um indivíduo. Sendo que o estilo é a característica de um indivíduo, isto é, um indicador de uma afiliação social.

Pressupõe-se, portanto, que todo indivíduo desenvolve uma identidade linguística única, ou seja, é detentor de um idioleto, uma espécie de dialeto próprio, formado a partir das experiências linguísticas, sociais e geográficas armazenadas ao longo de sua existência (IRVINE, 2001). Assim, o idioleto não é considerado simplesmente “a língua de um indivíduo”, mas sim a relação que essa língua individual possui com a língua social (COULTHARD; JOHNSON, 2007).

Autores como Labov (2006) e Turell (2010) acrescentam ainda que a língua dos indivíduos não pode ser entendida sem conhecimento da comunidade da qual o indivíduo faz parte, pois faz parte de um sistema linguístico

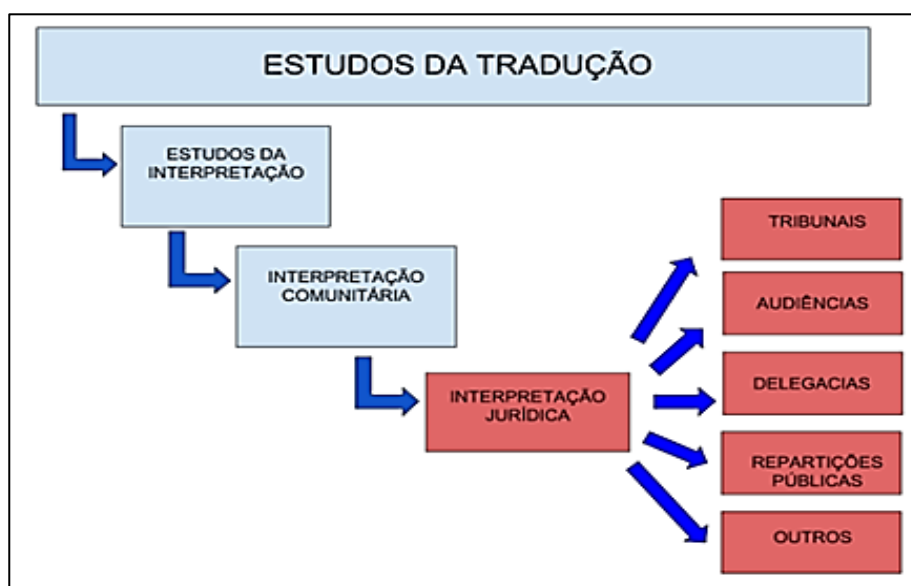
compartilhado por um grupo, embora seja usado de modo peculiar por um indivíduo.

Estudos semelhantes em Linguística forense, relacionados à língua de sinais, também serão muito úteis. Podem ser estudados, por exemplo, traços que permitam identificar idioletos nos sinais utilizados por um surdo durante os seus depoimentos. Mas, por ora, começar com a criação de sinais-termo, parece ser mais urgente. Por isso, nos debruçamos sobre eles em nossa pesquisa.

### 2.5.1 Linguística forense e terminologia em língua de sinais

Como a Linguística forense foi valorizada com o passar dos anos, surgiu a necessidade de aperfeiçoar a língua de sinais para contemplar as situações judiciais que envolvem uma pessoa surda. Na figura 4, apresenta-se um esquema para a realização dos estudos de tradução, sob o ponto de vista da Linguística forense.

Figura 4 - Mapa dos Estudos da Tradução: dos estudos da interpretação à interpretação jurídica



Fonte: Reckelberg (2018, p. 15).

A criação de sinais-termo atende às demandas supracitadas em relação aos casos que envolvem processos de pessoas surdas. O termo, segundo

Krieger (2001), é a unidade lexical de uma determinada área técnica e científica que tem como objeto a análise da Terminologia.

Diferentemente destes, os elementos lexicais comuns pertencem à linguagem comum. Os termos, em razão de sua utilização em discursos especializados, representam o conceito da área, além de contribuírem para uma legítima comunicação clara e eficiente de determinado grupo.

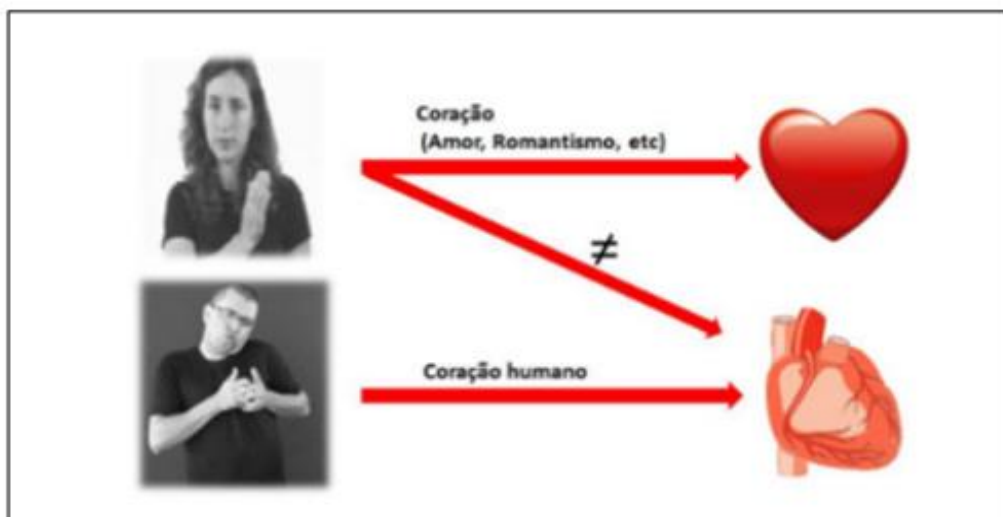
Faulstich (2014) afirma que o sinal-termo é o sistema que organiza as línguas de sinais, como a língua dos surdos, sendo que, na Libras, o sinal-termo representa conceitos com características de linguagem especializada, próprias de classe de objetos, de relações ou de entidades. Ainda, conforme a autora, na Libras, o sinal-termo é um conceito contido geralmente nas palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber (FAULSTICH, 2014).

Na Língua de Sinais Brasileira, fazem parte dos sinais-termos todos os elementos que constituem a língua: a fonologia, a morfologia, a sintaxe e o léxico (COSTA, 2012). A morfologia diz respeito à parte significativa do sinal.

A morfologia se divide em sequencial e simultânea. A diferença entre ambas é que na morfologia sequencial os morfemas são combinados sequencialmente. Por outro lado, na morfologia simultânea, os morfemas são combinados simultaneamente, isto é, as partes significativas de um mesmo sinal são realizadas ao mesmo tempo. Esse tipo é encontrado comumente nas línguas de sinais (QUADROS; PIZZIO; REZENDE, 2009).

As estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua de sinais funcionam da mesma maneira para a criação dos sinais-termos. Como exemplo, na figura 5, aparecem dois sinais que designam CORAÇÃO, sendo que um é compatível com a linguagem comum e indica amor, romantismo. O outro restringe-se à área de especialidade. Portanto, é um sinal-termo da Língua de Sinais Brasileira que representa conceitos específicos da área médica (PROMETI; COSTA; TUXI, 2018).

Figura 5 - Diferença entre o sinal comum e o sinal termo



Fonte: Costa (2012).

A sinalização de coração, neste caso, representado por um sinal-termo, considerado um sinal científico, representa a forma de coração conforme com a concepção anatômica. Portanto, o conceito de coração é entendido de forma clara, pois, o sinal descreve o formato anatômico do coração na área de especialidade (COSTA, 2012).

Na figura 6, é possível verificar a formação do sinal-termo de acordo com a LSB, mostrando as principais expressões e movimentações corporais associadas.



Figura 6 - Formação do sinal – termo da LSB




Fonte: Costa (2012).

Muitas discussões sobre o sinal-termo estão sendo realizadas e a concepção sendo de sinal-termo reconhecida por muitos pesquisadores uma vez que todo trabalho tem como base a Socioterminologia, conforme as características expressas por Faulstich (1995):

- Reconhecimento e identificação do Público-alvo;
- Delimitação das áreas pesquisadas;
- Coleta e organização dos dados;
- Organização do glossário;
- Teste de validade.

Na figura 7, pode ser verificado um modelo de ficha terminológica, sugerido por Prometi (2013) e que pode ser utilizada para o registro dos sinais-termo.

Figura 7 - Modelo de Ficha Terminológica

FICHA TERMINOLÓGICA DE GLOSSÁRIO BILÍNGUE DA MÚSICA PORTUGUÊS-LIBRAS E LIBRAS-PORTUGUÊS																
Número da ficha: 39																
PORTUGUÊS - LIBRAS																
ent.	Pentagrama															
var.	Paura															
cat.	s.															
gên.	m.															
def.	Um conjunto de 5 linhas e 4 espaços onde são escritas as notas musicais.															
Fonte def.	DGM, 1994															
cont.	No pentagrama tem 7 notas musicais.															
LIBRAS - PORTUGUÊS																
ent.																
var.	--															
cat.	n.															
gên.	--															
def.	CONJUNTO 5 LINHAS 4 ESPAÇO ONDE TER NOME NOTA MUSICAIS.															
cont.	7 NOTAS MUSICA PENTAGRAMA TER.															
imagem	<table border="0"> <tr> <td>5ª linha</td> <td>=====</td> <td>4º espaço</td> </tr> <tr> <td>4ª linha</td> <td>=====</td> <td>3º espaço</td> </tr> <tr> <td>3ª linha</td> <td>=====</td> <td>2º espaço</td> </tr> <tr> <td>2ª linha</td> <td>=====</td> <td>1º espaço</td> </tr> <tr> <td>1ª linha</td> <td>=====</td> <td></td> </tr> </table>	5ª linha	=====	4º espaço	4ª linha	=====	3º espaço	3ª linha	=====	2º espaço	2ª linha	=====	1º espaço	1ª linha	=====	
5ª linha	=====	4º espaço														
4ª linha	=====	3º espaço														
3ª linha	=====	2º espaço														
2ª linha	=====	1º espaço														
1ª linha	=====															
Fonte imagem	TM (1996)															

Fonte: Prometi (2013)

Após a realização de muito estudo e de coleta de dados, além dos registros das fichas terminológicas, os pesquisadores realizam um processo de gravação em língua de sinais. Para isso, o pesquisador tem de gerar dados para a sua pesquisa e criar um arquivo no software *Power Point* com informações visuais acerca dos termos apresentados (PROMETI; COSTA; TUXI, 2018).

Ainda conforme esses autores, depois de apresentar essas informações ao grupo de pesquisadores, dá-se início a uma discussão acerca de cada sinal, momento em que se realiza uma análise detalhada dos parâmetros e dos conceitos, sempre com base na elaboração de obras lexicográficas (PROMETI; COSTA; TUXI, 2018).

Segundo Santos (2017), a base da elaboração das obras lexicográficas para falantes de línguas orais é constante no ambiente linguístico, social, educacional ou especializado. Cabe ressaltar, porém, que esse tipo de elaboração deve ser realizado por especialistas Lexicógrafos e Terminólogos. Assim as línguas de sinais exigem elaboração e editoração de dicionários, tanto monolíngues bilíngues, quanto dos semibilíngues para a difusão lexical da língua.

Na modalidade oral-auditiva, segundo Faulstich (2007), a criação e a disponibilização de dicionários que atendam ao respectivo público-alvo é muito rica com vistas a difundir as informações com a devida clareza e o significado das palavras (FAULSTICH, 2007).

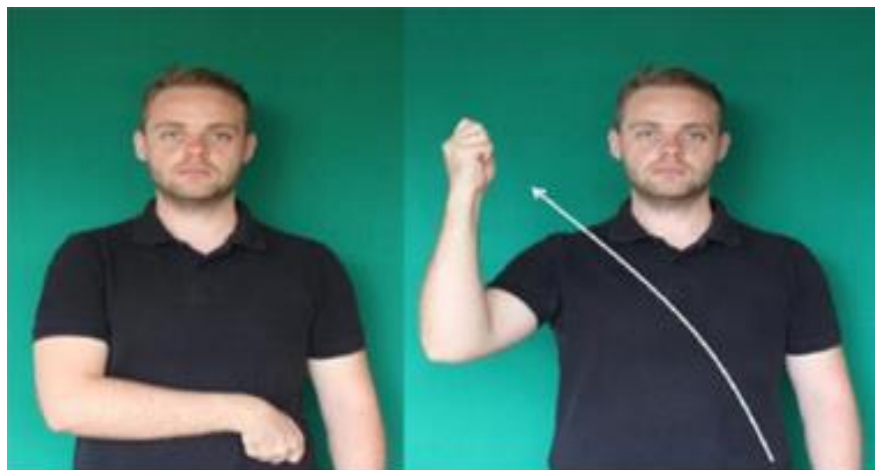
Os significados dos termos léxicos, comuns ou específicos, demandam muita competência do profissional das áreas de Lexicografia e/ou Terminografia, de forma que estes consigam diagnosticar o elemento principal que representa o respectivo signo destacado na obra. Nesse sentido, a utilização de um glossário pode representar um tipo de sistema, que, quando não possuir um espaço, a respectiva significação é verificada por meio da descrição da palavra de entrada, chamado então de “sinal-termo de entrada” (SANTOS, 2017).

Ainda de acordo com Santos (2017), a Língua de Sinais possui muitas formas de sinais semelhantes às formas dos objetos do mundo real. Por esse motivo, os ícones são considerados como base do conteúdo da forma. Segundo o autor, alguns especialistas defendem que os ícones nas línguas de sinais serviram de instrumentos para a criação de sinais.

No entanto, é possível perceber que os ícones não estão presentes em todo o léxico das línguas sinalizadas. Na perspectiva da LSB, há vários sinais que se originam na abstração. Mas não se pode negar, entretanto, que a iconicidade está presente na língua, possibilitando a todos os seus usuários a compreensão daquilo que se tem como fato, porque traz consigo uma grande

carga de conceitos. Na figura 8, encontra-se ilustrado um exemplo de sinal-termo, criado com base em um fato histórico.

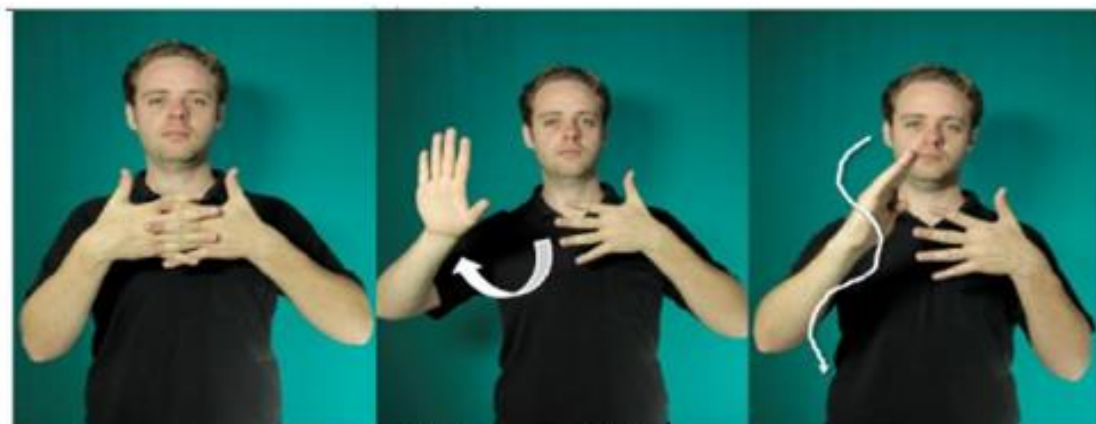
Figura 8 - Sinal independência do Brasil



Fonte: Felten (2017).

Na figura acima, percebe-se que o respectivo sinal possui um fundo conceitual e, com base nisso, pode ser criado um novo signo linguístico. Para isso, deve ocorrer a percepção do conceito do objeto dinâmico que se dá por meio de um procedimento de insatisfação na concepção do interpretante. Dessa forma, um movimento que ocorre continuamente acaba reiniciando o processo de criação do signo, sendo retroalimentado, especialmente pelo fato de não contemplar o fenômeno em si. Este processo pode ser representado e verificado na figura 9, com exemplo do sinal-termo, referente à independência do Brasil.

Figura 9 - Exemplo de um sinal-termo criado para a independência do Brasil.



Fonte: Felten (2017).

A figura acima mostra a iconicidade referente a um determinado momento histórico, em que é possível transmitir aos falantes da língua o conceito de “O que é?” e “Para que serve?” FAULSTICH, 2014 como um morfema-base (FARIA; NASCIMENTO, 2011). Dessa forma, o sinal termo representado na figura acima está baseado num conceito de abstração mental, de forma a demonstrar o real conceito que o sinal-termo possui.

Para a criação de um glossário bilíngue de sinal-termo forense, é preciso, inicialmente compreender o conceito de sinal-termo. Nesse sentido, a autora Faulstich (2014) explicita o conceito da seguinte forma, através da Nota Lexical exposta no *site* do Centro Lexterm<sup>7</sup>

**Sinal-termo.** 1. Termo da Língua de Sinais Brasileira que representa conceitos com características de linguagem especializada, próprias de classe de objetos, de relações ou de entidades. 2. Termo criado para, na Língua de Sinais Brasileira, denotar conceitos contidos nas palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber. 3. Termo adaptado do português para representar conceitos por meio de palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento da Língua de Sinais Brasileira (FAULSTICH, 2014, grifo do autor).

A Terminologia é, portanto, o estudo de termos técnicos usados na área de conhecimento em seus contextos específicos. Barros (2004, p. 32) registra que a história da Terminologia é antiga. Consta em sua pesquisa que esta

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.centrolexterm.com.br/#!/notas-lexicais/c22tu>

palavra apareceu pela primeira vez em 1864, como resultado da expansão do léxico especializado e do seu uso em espaços científicos. A mesma necessidade de expansão do léxico é verificada atualmente na LSB, em virtude da ascensão acadêmica dos Surdos. Para Faulstich (1997), a história da Terminologia tem razões bastante claras:

Os novos conceitos científicos e técnicos precisavam ser resumidos numa expressão denominadora (termo) para que a referência pudesse ser conhecida. Agora já não era mais a palavra e seu significado (sema) que estavam em primeiro lugar como na descrição lexicográfica, mas eram os objetos, a denominação das coisas (onoma) que surgiam e que exigiam um "marco divisionário" (terminu) entre a língua geral e a especialidade criada, parte integrante de uma realidade designativa (FAULSTICH, 1997, p. 82).

A elaboração de um glossário, portanto, exige conhecimentos em Terminografia ou Lexicografia Especializada (FINATTO; KRIEGER, 2004), em que o critério metodológico difere da elaboração de um dicionário terminológico. Para Faulstich (2013, p. 3)

Glossário é um repertório exaustivo de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentado em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, com informação gramatical, definição, registro opcional de contexto de ocorrência do termo e de remissões.

Faulstich (2010, p. 175-178) acrescenta que os dicionários ou glossários bilíngues requerem um método lexicográfico com a finalidade de descrever o léxico em duas línguas. Sobre o glossário, explicita que este reúne um conjunto de termos, em geral de uma mesma área, dispostos em ordem sistêmica ou alfabética, "seguidos de informação gramatical, definição, remissivas, podendo apresentar ou não contexto de ocorrência do termo" (FAULSTICH, 2010, p. 178).

## 1.6 TIPOLOGIA DOS VERBOS: AÇÃO, PROCESSO E AÇÃO-PROCESSO

O estudo sobre os processos de formação de signos verbais nas línguas de sinais é realizado examinando-se a utilização das mãos que, por meio do sistema de flexão, ocupam uma posição sintagmática independente. Estes movimentos com as mãos são desinências que acompanham as raízes verbais fixas e estabelecem, dessa forma, uma concordância de gênero com o referente que é argumento do verbo (FELIPE, 2006).

A articulação destes movimentos com as mãos podem ser morfemas que compõem sistemas complexos de desinências, estabelecendo outros tipos de flexões verbais, como marcas de concordância para pessoa do discurso e para locativo (FINAU, 2004).

Para Felipe (2006), a relação entre as categorias gramaticais e os seus processos de formação dos sinais seguem os princípios de uma língua flexional, com características de língua aglutinante, podendo ser percebidas pelos processos de composição e incorporação. As categorias apresentam, além disso uma característica de língua classificadora, ou seja, existe uma regularidade na utilização dos classificadores já que o processo de classificar acontece como acréscimo a um radical nominal ou como uma modificação interna da raiz verbal.

Assim, as línguas de sinais oferecem subsídios para a teoria geral da linguagem, ao demonstrar a aplicação de princípios que vêm sendo propostos para a análise de línguas orais-auditivas. Vale dizer que a tipologia verbal expressa o verbo de ação, processo, ação-processo ou estado, sendo que, pode alterar o efeito argumentativo pretendido no discurso. Quanto à análise do discurso, citamos como exemplo que o aspecto verbal influencia o discurso do juiz, quanto à análise do discurso e também quanto à centralidade dos verbos (MORILAS, 2018).

É preciso observar que, os verbos apresentam uma visão dinâmica e também uma visão estática da realidade. A diferença entre elas é que a visão dinâmica se divide em ação, processo e ação-processo e a visão estática aparece em verbo de estado. Portanto, na Gramática, os verbos podem ser divididos em verbos de estado (verbos de ligação), aqueles relacionados aos fenômenos (da natureza) e, ainda, aqueles de ação de processo ou de ação-processo (todos os restantes) (ARAÚJO, 2010).

Os verbos de ação são utilizados para indicar um FAZER em relação ao sujeito, onde, sempre este sujeito vai ser agentivo. O agentivo é um ser animado, e tem controle sobre o ato e pode ser humano ou não humano, como por exemplo: A criança brincava no parque. Como exemplo de não humano: O martelo bateu no prego.

Os verbos de processo, por sua vez, servem para indicar um ACONTECER, ou seja, alguma coisa que acontece com alguém em algum lugar. Neste contexto, o sujeito dos verbos de processo é afetado física ou

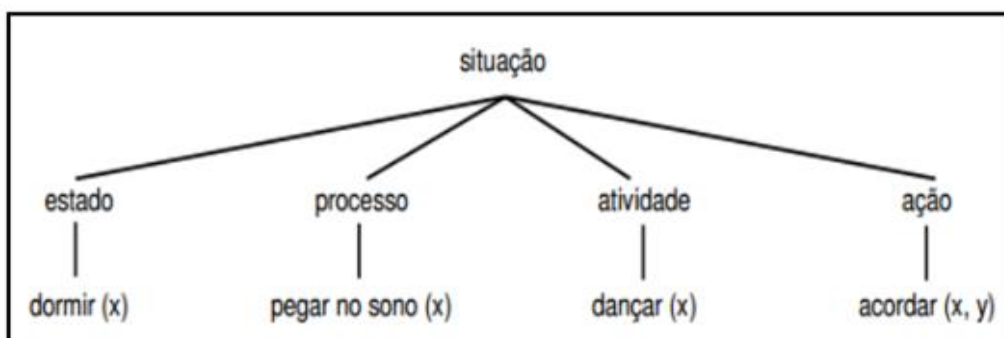


psicologicamente. Por exemplo: i) Maria entristeceu-se hoje; ii) Chovia torrencialmente e; iii) A enxurrada descia vagorosamente.

Os verbos de ação-processo, servem para indicar, ao mesmo tempo, uma ação e um processo, ou seja, um fazer por parte do sujeito e um acontecer em relação ao respectivo objeto, como pode ser visto nas seguintes expressões i) A chave falsa *abriu* a porta; ii) O vento *abriu* a porta.

Os verbos de estado, por sua vez, servem para indicar um SER/ESTAR/EXISTIR em relação ao sujeito, estabelecendo uma relação entre uma entidade e um estado que possa encontrar neste sujeito uma qualidade que lhe é atribuída ou um sentimento de que é dotada. Temos para isso, o exemplo: i) O vaso *está* quebrado; ii) Pedro *é* estudioso (LIMA, 2014). De forma a exemplificar melhor este processo, apresenta-se na figura 10 os tipos de situação dos verbos, de forma sistematizada.

Figura 10 - Os tipos de situação dos verbos de forma sistematizada.



Fonte: Lima (2014).

Os verbos são utilizados de acordo com o tipo de situação. Na imagem acima temos exemplos desses verbos.

**Estado:** João está dormindo

**Processo:** João está pegando no sono. (Ele ainda não dormiu, está em processo de dormir)

**Atividade:** João dançará no réveillon.

**Ação:** João acordou Paulo.

Verifica-se que a diferença do *processo* de uma *ação* é a ausência de um agente de uma atividade e de um estado. Dessa forma, para entender melhor as funções dos verbos, Lima (2004) apresenta a tipologia dos verbos:

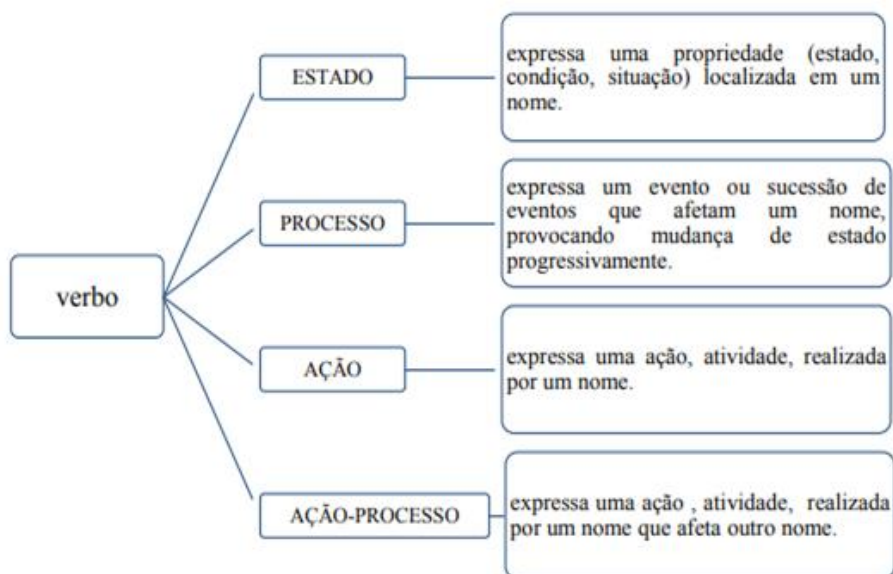


Verbos auxiliares; Verbos relacionais; Verbos ativos têm os verbos do tipo (1) relacional e (2) ativo, cujos fundamentos compõem seus domínios em relação: verbos designativos; verbos equativos; verbos existenciais; verbos partitivos; verbos locativos. Os verbos partitivos são estáticos, a não ser quando a relação é controlada por uma entidade, caso em que o verbo não será relacional, mas ativo (por exemplo: Três pessoas compõem esta família: voz ativa). Os verbos locativos estabelecem uma relação de localização entre os elementos do seu domínio e dividem em localização espacial e localização temporal. Os verbos possessivos: estabelecem relações de posse e determinadas relações de localização, tais como contiguidade, inclusão, entre outros, dividem-se em estativos eventivos. Os verbos afetivos: a maioria descreve um afeto, dividem-se em sensitivos ou sensoriais e cognitivos. Verbos comunicativos têm as mesmas características que os verbos afetivos, com a única exceção de conterem sempre, em seu domínio, um elemento que designa texto. Verbos comparativos estabelecem uma relação de comparação entre duas (ou mais) entidades, podendo ser, sem distinção, relacionais ou ativos. Verbos Ativos são aqueles que funcionam como resposta a perguntas, dividem-se em: simples; conativos; cooperativos; transoperativos; descritivos; meteorológicos; incoativos; efetivos; causais; factivos; descritivos-relacionais; efetivos relacionais; colocativos ou apositivos; conjuntivos ou associativos; disjuntivos ou dissociativos; adversativos: transpossessivos; transformativos; translocativos (LIMA, 2014). Desta forma, os aspectos semânticos dos verbos ajudarão na determinação dos seus papéis temáticos da maneira mais rigorosa, tendo um regulamento teórico, a partir de uma teoria gramatical (LIMA, 2014, p. 20).

Segundo Pires (2015), os estudos referentes aos verbos, no aspecto gramatical, direcionaram pesquisas de naturezas variadas, como semânticas e sintáticas. As características semânticas apresentam a existência de subcategorias verbais, que os diferenciam como: verbos de ação, de processo, de estado e de ação-processo. Por outro lado, as características sintáticas descrevem o verbo como núcleo de um predicado, especificando os tipos de argumentos do enunciado que as seguem.

Os tipos de argumento são analisados, de um modo geral, de acordo com a quantidade de verbos. Por exemplo, o verbo especifica um estado ou condição das represas, e não refere a uma ação feita por essa estrutura de contenção de água. Nesse sentido, temos um exemplo de verbo *secar*, que não descreve o estado, mas sim um evento em que ocorre mudança, progressiva, de estado ou de condição da represa, especificando um processo. Dessa forma, tanto o verbo *estar*, como os relacionados ao *secar*, envolvem uma relação entre um nome, que é paciente e um estado. Apresentamos, na figura 11, uma tipologia de verbos, de acordo com Pires.

Figura 11 - Representação dos tipos de verbos.



Fonte: Pires (2015).

O verbo de ESTADO expressa uma propriedade (estado, condição, situação) localizada em um respectivo nome. Por sua vez, o verbo de PROCESSO expressa um determinado evento ou sucessão de eventos que afetam um nome, provocando mudança de estado progressivamente. Já o verbo de AÇÃO expressa uma ação ou atividade, realizada por um determinado nome. E por último, o verbo de AÇÃO-PROCESSO expressa uma ação ou atividade, realizada por um nome que afeta outro nome (PIRES, 2015).

Para Borba (1996), os tipos de evento são:

- Agentivo: é um tipo de evento que desencadeia uma atividade, seja esta atividade física ou não;
- Experimentador: é um tipo de evento psicológico, traduz uma experiência ou uma disposição mental;
- Beneficiário: Expressa algo que passa a existir;
- Temporal: Indica localização de tempo;
- Comitativo: expressa marca destinatário da posse, e associação;
- Objetivo: é afetado pelo verbo que indica;
- Locativo: que marca o lugar;
- Instrumental: exprime uma causa indireta;
- Causativo: expressa uma atividade ligada a um estímulo;

- Meta: expressa o ponto de chegada;
- Origem: expressa o ponto de partida;
- Resultativo: que é efetuado.

Com isso, as operações sintático-semântico descrevem os verbos como de estado, de ação, de processo, de ação-processo juntamente com as informações morfossintáticas, que são relacionadas respectivamente, aos números, pessoa, tempo e modo dos verbos.

Estes verbos selecionam itens lexicais que completam o significado adequado ao contexto situacional, considerando os conceitos e a cultura da comunidade de fala. Os verbos são compostos pelos componentes conceitual, contextual, gramatical e de saída, em que se identifica a cooperação entre todos os componentes para o êxito da comunicação entre os participantes do evento (PIRES, 2015).

Com base nisso, parte-se de modo mais específico de verbos de ação-processo direcionados à LSB, que trata de forma mais específica do foco do presente trabalho.

### **2.6.1 Os verbos de ação-processo da LSB**

A partir do verbo constroem-se as orações ativo-processivas, que têm na posição do sujeito um argumento Agentivo ou Causativo ou Instrumental e na posição de objeto, um argumento Paciente afetado. Esta relação produz entre os sujeitos relação de causa e efeito, isto é, entre o fazer realizado pelo sujeito e o acontecer verificado no objeto. Dessa forma, como propriedade comum ao agentivo, causativo e instrumental se apresenta a capacidade de desencadear uma atividade ditada pelo verbo (IGNÁCIO, 2007).

A diferença entre estes verbos está no fato de que o verbo Agentivo é manipulador e volitivo, já o verbo Causativo é não manipulador, não manipulado e não volitivo e, por fim, o Instrumental é manipulado e não volitivo. Portanto, de forma a ser manipulado, o respectivo Instrumental pressupõe um Agentivo como o desencadeador mediato da atividade.

O conceito de ação, para que se possa conceituar os termos relativos à atividade, agentividade e causatividade se denominaram até aqui apenas como

o Causativo e o Agentivo, sendo que são englobados na respectiva rubrica de Agente. Desta forma, a atividade (ou a ação) se desmembra em agentividade, quando se tem um sujeito Agentivo, e apenas causatividade, quando se tem um sujeito Causativo (IGNÁCIO, 2007).

A causatividade se faz presente na agentividade e não o contrário, porém o conceito de ação não chega, ao extremo, sendo construído com sujeito Instrumental, pela existência de ação. Nesse sentido, não existe dúvida, uma vez que nestes casos sempre se pressupõe um Agentivo (CHAFE, 1979).

Para Quadros e Karnopp (2004), a análise dos verbos manuais, formados a partir de nomes de instrumentos em LSB, pode ser confirmada pela formação de verbos por meio de incorporação. O problema teórico que se coloca diante da incorporação se dá, principalmente, por meio de sintagmas instrumentos, em detrimento da incorporação do argumento interno.

Nos casos em que envolve a LSB, ao analisar o verbo CORTAR, por exemplo, verifica-se que o sinal do verbo corresponde aos sinais dos instrumentos utilizados para executar a ação (TESOURA, CORTADOR DE UNHA, FACA e MACHADO), de modo que não há sinal próprio para o verbo CORTAR. Assim, o sinal de CORTAR é o respectivo sinal do próprio instrumento que se usa para cortar (FERREIRA, 2010).

Segundo Ferreira (2010), os verbos PENTEAR e ESCOVAR, também quando usados na formação de frases expressam esta condição acima. Na LSB, verifica-se que o verbo ABRIR também é um verbo sem sinal próprio. Isso deve ser levado em consideração, porque os verbos em que os sinais tomam a forma dos instrumentos, não incorporam o nome do instrumento ao verbo, porque verbos como CORTAR, PENTEAR, ABRIR, PASSAR e PINTAR não possuem sinais próprios em LSB (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Na LSB existe um único item lexical, que é o sinal que representa o nome do instrumento. O processo pelo qual os verbos manuais de instrumento são formados em LSB é a derivação, que consiste, por sua vez, em utilizar uma palavra de uma classe em outra classe, com ou sem modificação morfológica (FERREIRA, 2013). Na figura seguinte 12, apresenta-se uma representação de um sinal que é executado com um verbo no caso da LSB.

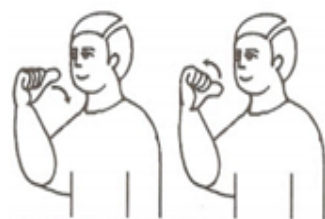
Figura 12 – Sinalização para “beber café com xícara”



Fonte: Ferreira (2013)

Verifica-se que “beber café”, neste caso, se relaciona ao sinal da xícara, que é o respectivo instrumento. Neste caso a xícara é usada para executar a ação descrita pelo respectivo verbo. Por outro lado, o verbo beber possui um sinal próprio, conforme pode ser verificado na figura 13 abaixo.

Figura 13 - Sinal “beber”



Fonte: Capovilla; Raphael (2001).

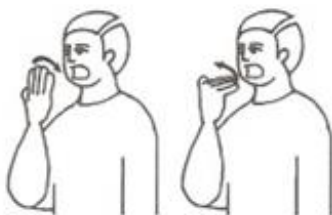
No exemplo a seguir, verifica-se a incorporação do objeto, na forma de um sinal do predicado. Observa-se que, na figura 14, COMER MAÇÃ, o sinal do respectivo verbo acaba incorporando o sinal do objeto MAÇÃ.

Figura 14 – Sinalização para “comer maçã”.

COMER MAÇÃ



COMER



Fonte: Capovilla; Raphael (2001).

Conforme pode ser verificado na figura acima, COMER e MAÇÃ têm sinal próprio e combinam na morfossintaxe para formar o predicado, portanto, existe uma incorporação. Por outro lado, os verbos manuais, formados a partir de nomes de instrumentos, não são um caso de incorporação e sim de derivação por não possuírem sinal próprio e serem formados pela apropriação direta dos sinais correspondentes aos nomes de instrumentos (FARIA-NASCIMENTO; CORREIA, 2011).

Em vista disso, verifica-se a importância no conhecimento destas diferentes produções em relação ao verbo de ação-processo em LSB, de forma a instruir as pessoas que utilizam essas demandas, especialmente os policiais que atendem às abordagens ostensivas.

As reflexões teóricas foram apresentadas anteriormente e os procedimentos metodológicos encontram-se explicados no capítulo a seguir.

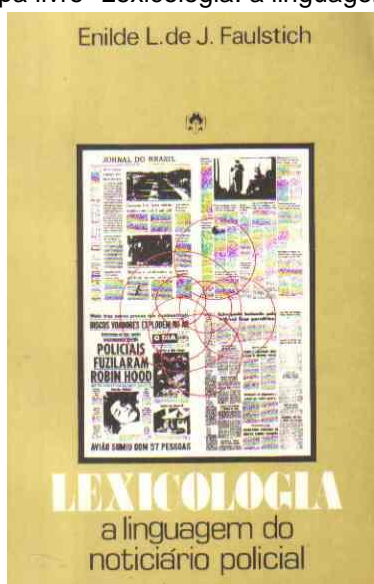
### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo, detalhamos a metodologia utilizada para a pesquisa e a elaboração do glossário com tema na Linguística Forense; descrevemos os passos para a composição e a organização dos sinais-termo coletados.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de verificar o que existia na literatura especializada a respeito de Terminologia, Terminologia em Libras e Linguística Forense. Além de envolver o levantamento bibliográfico, descrevemos os termos linguísticos do português, principalmente os verbos que indicam ação-processo, para a criação dos itens lexicais correspondentes em Libras. Por último, desenvolvemos um glossário temático com os sinais-termo pesquisados.

Como ponto de partida para a descrição dos termos linguísticos do português que constituíram as entradas do glossário, selecionamos os verbos de ação-processo encontrados no livro de Faulstich (1980), que apresenta os termos da linguagem do noticiário policial relacionados à área, mais comumente usados na comunicação cotidiana.

Figura 15 - Capa livro "Lexicologia: a linguagem do noticiário policial"



Fonte: Faulstich (1980)

### 3.1 PROCEDIMENTOS PARA REGISTRAR OS SINAIS-TERMO

A pesquisa, de base exploratória, além de ter envolvido o levantamento bibliográfico, descreveu os termos linguísticos do Português, principalmente os verbos de ação-processo, para chegar à criação dos itens lexicais correspondentes em LSB. Por último, estes sinais pesquisados foram registrados em um glossário temático.

As etapas, desde a criação até a validação do sinal, foram realizadas da seguinte maneira:

I. Coleta de termos em português, referentes à segurança pública, que passaram a constituir as entradas do glossário. Como citado anteriormente, os verbos foram selecionados do livro de Faulstich (1980), seguindo a tipologia apresentada por Pires (2015) e por Borba (2006).

II. Pesquisa e análise do conceito dos verbos coletados no livro de Faulstich (1980).

III. Verificação da existência de algum sinal em LSB que já vinha sendo utilizado pelos falantes da língua.

IV. Verificação da compatibilidade do conceito do sinal na LSB com o conceito terminológico;

V. Incompatibilidade com o conceito da área de especialidade, ajuste do sinal existente ou criação de um sinal novo;

VI. Proposta de criação de um sinal novo, sempre que necessário.

VII. Submissão dos sinais existentes e dos novos aos pesquisadores do LabLibras, a fim de validá-los.

VIII. Criação das fichas terminológicas para cada sinal-termo validado.

IX. Elaboração do glossário.



A seguir, apresentamos a relação de 33 verbos de ação-processo discutidos nesta pesquisa:

Quadro 6 - Lista de verbos de ação-processo discutidos na pesquisa

ORDEM	VERBOS	Contextos (extraídos de Faulstich, 1980)
01	Algemar [V. Ação-processo]	“ <b>Algemado</b> , o motorista foi colocado na caçapa do camburão, enquanto os policiais foram colocar-se a par do que havia ocorrido”. (OD, 6/7.5.79)
02	Amordaçar [V. Ação-processo]	“Em duas ações isoladas, 8 assaltantes lograram <b>amordaçar</b> e trancar no banheiro os vigias e o proprietário de dois postos de gasolina”. (OB, 14.4.79)
03	Apreender [V. ação-processo]	“Severino ligou para a polícia e detetives da 74ª DP estiveram no local, onde <b>apreenderam</b> um revólver 32...”. (OD, 17.479)
04	Arrolar [V. Ação-processo]	“...as autoridades da 8ª Delegacia Policial não conseguiram <b>arrolar</b> nenhuma testemunha do crime”. (OD, 15/16.4.79)
05	Assaltar [V. Ação-processo]	“Sobre o crime, sabe-se que ele pegou quatro supostos passageiros que, na Praça XI, o <b>assaltaram...</b> ” (OD, 12.4.79)
06	Balear [V. Ação-processo]	“... Andréia ainda foi <b>baleada</b> , de raspão, na cabeça, sendo medicada no Pronto Socorro local.” (OD,15/16.4.79)
07	Chacinar [V. Ação-processo]	“... foi acusado de ter <b>chacinado</b> um casal e o filho...” (OD, 9.5.79)
08	Cobrir [V. Ação-processo]	“Cada um dos bandidos tomou posição estratégica, <b>'cobrindo'</b> todo o restaurante”. (OD, 17.4.79)
09	Contrabandear [V. Ação-processo]	“Há dois anos, Edílio foi processado, em Goiânia, sob a acusação de <b>contrabandear...</b> ” (OD, 29.4.79)
10	Crivar [V. Ação-processo]	“Os bandidos sacaram as armas e <b>crivaram</b> o corpo de Roberto com tiros...”. (OD, 17.4.79)
11	Denunciar [V. Ação-processo]	“... eles assassinaram M.J.A. de 33 anos, e V.S., de 40 anos, porque as duas os <b>denunciaram</b> à Polícia, quando começaram a infernizar o morro.” (OD,24.4.79)
12	Depor [V. Ação-processo]	“... uma equipe de policiais da 19ª Delegacia esteve no Laboratório Nuclear a fim de intimar para <b>depor</b> os vigilantes...”. (OD, 13.4.79)
13	Descaminhar [V. Ação-processo]	“Rosalice disse que sua irmã, embora a pouca idade, fora <b>descaminhada</b> por um elemento de péssimos antecedentes...”. (OD, 15/16.4.79)
14	Descarregar [V. Ação-processo]	“R.F E M.R (...) foram surpreendidos por marginais que <b>descarregaram</b> os revólveres nas vítimas”. (OD, 28.4.79)

15	Desfigurar [V. Ação-processo]	“Os agentes policiais compareceram acompanhados do perito João Valetino, que constatou ter o desconhecido recebido pelo menos 15 tiros, muitos dos quais no rosto que o <b>desfiguraram</b> completamente”. (OD, 28.4.79)
16	Desovar [V. Ação-processo]	“Praticado o crime brutal, o cabo <b>desovou</b> o cadáver no Km 10 da Rodovia Presidente Dutra...” (OD, 26.4.79)
17	Ensacar [V. Ação-processo]	“A mulher (...) estava morta, <b>ensacada</b> , na Rua Agostinho Carlos (...). Apresentava um tiro no rosto e outro na testa. O perito Ivo Aleixo, de Nova Iguaçu, acha que ela foi morta em outro lugar e metida nas duas sacas (uma pela cabeça, e outra pelos pés)”. (OD, 19.4.79)
18	Esfaquear [V. Ação-processo]	“Depois de uma discussão, J.M.S. (...) <b>esfaqueou</b> , ontem, pela manhã, o filho C.A.S.” (OD, 6/7.5.79)
19	Executar [V. Ação-processo]	“Daí em diante passaram a <b>executar</b> todos os traficantes existentes no morro de São Carlos, a começar pelos que atacaram sua irmã.” (OD, 17.4.79)
20	Furtar [V. Ação-processo]	“... o arrombador J.B.R.N. (...)foi preso em flagrante na Praia de Botafogo quando tentava <b>furtar</b> um toca-fitas...” (OD, 27.4.79)
21	Guarnecer [V. Ação-processo]	“O soldado Guedes foi destacado para subir ao telhado do barraco, <b>guarnecendo</b> seus companheiros que agiriam por baixo”. (OD, 22/23.4.79)
22	Homiziar [V. Ação-processo]	“Agentes da 25ª Delegacia Policial (...) desenvolveram, ontem uma ‘blitz’ no Morro do Engenho Novo e Lins Vasconcelos, conseguindo prender um dos mais perigosos bandidos daquela jurisdição, que se <b>homiziava</b> no Morro de São João. (OD, 27.4.79)
23	Intimar [V. Ação-processo]	“As últimas horas da noite de ontem, uma equipe de policiais da 19ª Delegacia esteve no Laboratório Nuclear, a fim de <b>intimar</b> para depor os vigilantes”. (OD, 13.4.79)
24	Lesar [V. Ação-processo]	“Celita (...) é acusada de ter <b>lesado</b> 15 vítimas em nome da Cooperativa Habitacional da Ilha do Governador...” (OD, 11.5.79)
25	Recambiar [V. Ação-processo]	“Preso em Além Paraíba, foi <b>recambiado</b> pelo Detetive...” (OD, 6.5.79)
26	Recapturar [V. Ação-processo]	“Os três homicidas que fugiram na madrugada de ontem (...) foram <b>recapturados</b> na parte de tarde...” (OD, 18.4.79)
27	Remover [V. Ação-processo]	“... e o corpo foi <b>removido</b> para o necrotério local”. (OD, 12.4.79)
28	Render [V. Ação-processo]	“Chegou mesmo a dizer que gostaria de ter sido baleado pelo PM que o <b>rendeu</b> ”. (OD, 12.4.79)

29	Sacar [V. Ação-processo]	“O diálogo foi rápido e logo se transformou em áspera discussão, até, que ele, fora de si, <b>sacou</b> de uma arma e (...) começou a atirar a esmo, ferindo-a gravemente na nuca”. (OD, 12.4.79)
30	Saquear [V. Ação-processo]	“Os policiais acreditam que a vítima tenha sido abatida por assaltantes que, após <b>saquearem</b> a casa, fugiram pela janela dos fundos...” (OB, 19.4.79)
31	Seviciar [V. Ação-processo]	“Além disso, é acusado de ter assaltado (...) uma casa daquele morro, onde os moradores perderam tudo e foram <b>seviciados</b> .” (OD, 27.4.79)
32	Tirotear [V. Ação-processo]	“Mas não foi preciso <b>“tirotear”</b> com os ‘canas’.” (OD, 3.5.79)
33	Transfixar [V. Ação-processo]	“Dois tiros <b>transfixaram</b> o corpo e um deles atingiu a cadeira rotativa onde estava sentado Ney...” (OD, 12.4.79)

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

## 2.2. ANÁLISE GERAL DO CORPUS GERADO NA PESQUISA

A análise dos dados gerados neste estudo permitiu algumas considerações acerca da forma como as UTs são constituídas, também em LSB, no campo da linguagem forense. Tais análises ancoram-se na teoria do MORFEMA-BASE proposta por Faria-Nascimento (2009), descrita a seguir:

### 3.2.1 A produtividade derivacional do morfema-base na construção terminológica em LSB

Na LSB, a sistematização e análise de termos já constituídos propicia aos falantes da língua a consciência dos processos de construção lexical, processos os quais ocorrem de forma homogênea e padronizada a partir de UTs (unidades terminológicas). O repertório terminológico da língua tem avançado consistentemente sob processos cômicos de construção, proporcionando assim, à língua, o surgimento de novos termos científicos. Caso recorrente nas línguas orais para a formação de palavras são os empréstimos linguísticos, como neologismos por exemplo. Nesses termos, a língua de sinais mostra originalidade lexical. O processo é motivado “pelo convívio de contextos bilíngues, multiculturais e bimodais” (FARIA-NASCIMENTO, 2009, p. 94). Conforme a autora, “Os empréstimos mantêm a informação semântica do termo, apresentam um estatuto morfológico que os permite associar às regras morfológicas próprias da LSB para derivar termos[...]”.

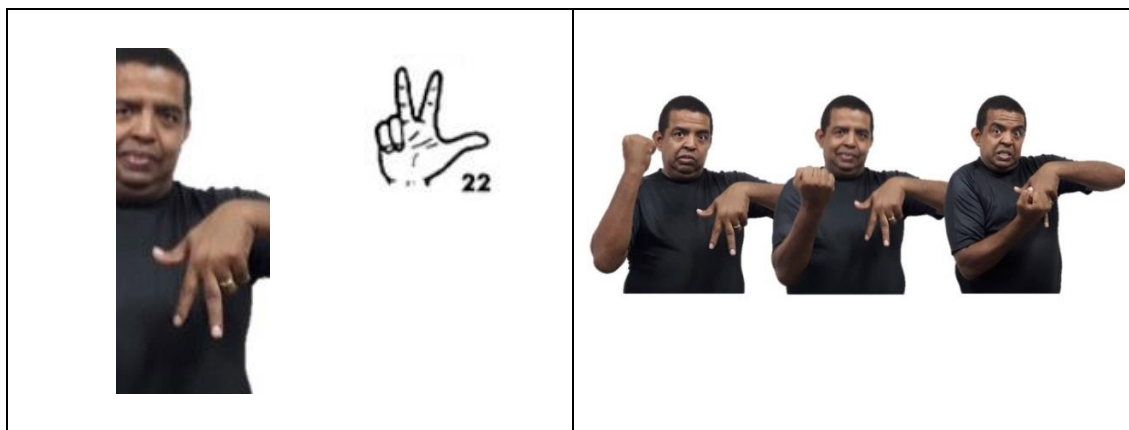
A construção terminológica em LSB, à luz do Modelo Silex<sup>8</sup>, identifica dois processos na construção lexical: produtividade e criatividade. FARIA-NASCIMENTO (2009) atém-se ao processo derivacional, constituído da seguinte forma: (i) a partir de dois formativos presos – um tem estatuto morfológico com valor de base, realizado pela mão passiva, sobre o qual agrega-se outro morfema preso. O formativo de base traz informação semântica genérica, equivalente ao campo semântico. O morfema agregado traz informação semântica capaz de especificar o termo geral. (ii) a partir de um formativo preso, informação semântica genérica, e um morfema livre, informação semântica especificadora, a ele associado. Logo, por Faria-Nascimento (2009, p. 95) temos o seguinte construto para a constituição de UTs (unidades terminológicas) ou ULs (unidades lexicais) em LSB: **UT ou UL = B<sub>p</sub>** (base presa/morfema-base) + **M<sub>esp'</sub>** (morfema especificador), os morfemas-base dão origem a uma série de unidades do mesmo campo semântico. O morfema-base revela parte do significado da UT ou UL, que os agrupa com mesmo teor semântico. O morfema especificador, considerado um afixo, é a parte especificadora do termo pertencente ao campo semântico dado pelo morfema-base.

Segue o construto terminológico em LSB por processo derivacional, com base em Faria-Nascimento (2009), observado por esta pesquisa:

Quadro 7 - Sinal com imagem de morfema-base

MORFEMA-BASE (CM + OP + PA)	PRODUTO (CM + OP + PA) + (Mov. +EF + EC)
Informação semântica geral: <b>Pessoa ou sujeito</b>	Informação semântica específica: <b>Esfaquear</b>


<sup>8</sup> O Modelo Silex ( Corbin, 1977b *apud* NASCIMENTO, 2009) incorpora duas dimensões da língua: a morfológica por meio da análise de processos de formação de palavras, e a semântica, por considerar o significado nesses processos de formação.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O termo equivalente à base presa<sup>9</sup> ou morfema-base, pode, ainda, denominar-se raiz, é articulado pela mão passiva imbuída da seguinte informação semântica: pessoa ou sujeito. A constituição da base se dá pela configuração de mão (CM), orientação da palma (OP) e ponto de articulação (PA). O produto<sup>10</sup> é resultado de derivação sufixal<sup>11</sup>, ou seja, à base associa-se a outra mão com os mesmos parâmetros da base acrescidos do movimento (Mov.), da expressão facial (EF) e da expressão corporal (EC). Este morfema cresce significado específico ao termo base para constituir a nova UL ou UT.

Quadro 8 – Base-produto

MORFEMA-BASE (CM + OP + PA)	PRODUTO (CM + OP + PA) + (Mov. +EF + EC)										
Informação semântica geral:  <b>Pessoa ou sujeito</b> 	Informações semânticas específicas: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">1. Cobrir</td> <td style="width: 50%;">6 – Seviciar</td> </tr> <tr> <td>2. Transfixar</td> <td>7- Remover</td> </tr> <tr> <td>3. Executar</td> <td>8- Executar</td> </tr> <tr> <td>4. Guarnecer</td> <td>9- Guarnecer</td> </tr> <tr> <td>5. Lesar</td> <td>10- Remover</td> </tr> </table>	1. Cobrir	6 – Seviciar	2. Transfixar	7- Remover	3. Executar	8- Executar	4. Guarnecer	9- Guarnecer	5. Lesar	10- Remover
1. Cobrir	6 – Seviciar										
2. Transfixar	7- Remover										
3. Executar	8- Executar										
4. Guarnecer	9- Guarnecer										
5. Lesar	10- Remover										

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

<sup>9</sup> Algumas bases são motivadas pelas línguas orais, por vezes formadas com a letra inicial da palavra em LP, mas nesse caso a motivação da base é da própria língua de sinais.

<sup>10</sup> Conforme Nascimento, 2008, sugere uma análise derivacional do léxico a partir dos estudos de Camara Jr (1970) e Basílio (2004), mas que não contradiz a o Modelo Silex.

<sup>11</sup> Não necessariamente considerada sufixal na LSB, por vezes considerada apenas um afixo devido a modalidade visuo espacial da língua que proporciona a simultaneidade na execução da UT.

O quadro acima observa a partir do morfema-base, uma série de novas UTs concebidas em LSB neste estudo. Observa-se assim que palavras já constituídas na LSB podem se transformar em base para a produção de novas palavras, e como no caso da pesquisa em questão, podem ampliar o léxico no domínio da linguagem especializada, preenchendo lacunas lexicais e terminológicas da língua.

### **3.2.2 Macroestrutura e microestrutura de repertórios lexicográficos**

De acordo com Faulstich, 1998, a lexicografia estuda as técnicas de elaboração de dicionários, com objetivo maior de registrar e organizar o léxico de uma determinada língua. Ainda segundo Pavel e Nolet (2002, *apud* Tuxi dos Santos 2017), trata-se de uma técnica baseada em estudos da forma, significado e comportamento das palavras de uma língua em uso. Isso antecede o registro e o estudo de aspectos provenientes da língua, como a cultura e a funcionalidade do termo na língua.

Nas LS sistematizar o registro dos termos é um desafio, já que o estudo deve concentrar-se na forma, porém distinta, da modalidade da LO. Por isso deve-se pensar qual é o processo adequado de registro e organização de uma obra em LS. Para tanto, conforme Tuxi dos Santos (2017), é necessário “analisar, estudar e propor estruturas do dicionário que permitam combinar forma e conceito para chegar ao significado da palavra por meio da Metalexicografia.”<sup>12</sup> Ademais, o estudo e análise do termo e do sinal-termo no âmbito técnico e científico são objetos de estudo da terminologia, e geralmente ocorre em glossários, vocabulários e dicionários de especialidade. A exemplo do glossário, que é uma obra terminográfica cujo público alvo determina o objetivo maior, devemos atentar que existem métodos obrigatórios de macro e microestruturas para efetuar os registros.

Conforme Tuxi dos Santos, 2017, “a macroestrutura de um dicionário ou glossário exprime o conjunto de informações gerais da identificação da obra, assim como suas respectivas orientações de uso e consulta.” Todas as partes da obra terminográfica: prefácio, a introdução, anexos, bibliografia, ilustrações,

---

<sup>12</sup> “A Metalexicografia é um conjunto de operações lexicais que combinam forma e conteúdo para chegar ao significado de uma palavra” (FAULSTICH, 2010. p. 170).

fotos, mapas e as especificidades da forma e orientações para uso compõem a macroestrutura, também denominada Paralexiconologia (FAULSTICH, 2010). A microestrutura, no entanto, mostra o verbete, lugar onde registra-se informações gramaticais e lexicais do glossário. É no verbete cuja composição possui a estrada, a categoria gramatical, a definição, o contexto e a nota dos termos ou sinal-termo. “Logo, a microestrutura é o verbete pronto.” (FAULSTICH, 2010).

Em síntese, a macroestrutura diz respeito a uma parte ordenada do caminho do sistema de busca de informações em um dicionário ou glossário, de uma obra de referência, de estrutura, organizada com base em regras de entradas para uso e de consulta. Conforme Santos (2017) explica a constituição da macroestrutura inclui prefácio, introdução e especificações para uso.

A partir da Terminografia o glossário é elaborado como um dicionário de área específica, portanto técnico. Para Faulstich (2014), o glossário define-se como um:

[...] repertório de termos, normalmente de uma área, apresentados somente em ordem sistêmica ou somente em ordem alfabética. O ideal é que um glossário seja elaborado e concluído abrangendo tanto a ordem sistêmica quanto a ordem alfabética, assim o leitor não perde a informação que está contida numa remissão de termos. Em um glossário, um verbete apresenta as informações registradas na ficha de terminologia de cada termo, de acordo com a constituição que o elaborador estruturou a ficha. É preciso estar atento para essa constituição, a fim de evitar transformar um glossário em um léxico (FAULSTICH, 2014, p. 1).

O glossário na LSB da área específica, que apresentamos configura-se como semibílingue, em que são utilizadas duas línguas, a LP e a LSB. O modelo de apresentação dos verbetes em LP e LSB seguiram a estrutura do seguinte quadro:

Quadro 9 - Modelo de verbetes em LP e LSB



<b>Termo:</b>	
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	

<b>Representação do conceito da LSB:</b>	
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A mesma autora complementa dizendo que, o glossário deve conter o verbete com estrutura que facilite a compreensão do conceito do sinal-termo. Podemos destacar o glossário elaborado por Prometi (2013, p. 65) que apresenta a sua microestrutura da seguinte forma:

Figura 17: Sinalização Compasso Quaternário

<b>Termo:</b>	<b>Compasso Quaternário</b>
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Conceito da LSB:</b>	Mãos em CM 23, com os dedos polegares e indicadores para cima, com os dedos polegares juntos em frente ao corpo, fazendo o movimento horizontal para o lado direito, indicando o compasso. E depois acrescentar as mão em CM 55 debaixo da outra mão, como forma de fração.

Fonte: Prometi (2013, p. 65).

Esse trabalho apresenta o glossário organizado estruturalmente a partir do verbete-termo, seguido do sinal-termo, da busca pela configuração de mão e apresenta, por fim, o conceito da LSB.

### 3.2.3. Macroestrutura do glossário semibílingue da Linguística Forense

A seguir, apresentamos a macroestrutura do Glossário dos sinais-termo da Linguística Forense, proposto nesse trabalho e gravado em DVD, anexo.



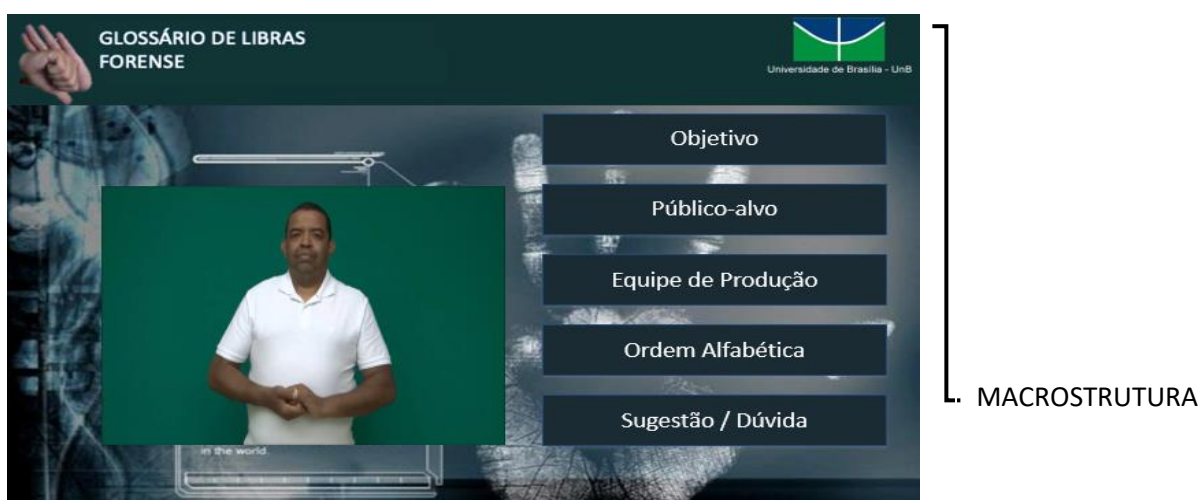
Figura 18: Apresentação da capa do Glossário



Fonte: Nascimento (2019).

Na figura 19 o modelo do Glossário traz um menu com as informações iniciais em LP desenvolvido no LabLibras da Universidade de Brasília em um formato bastante visual, o que contribui para a busca do usuário.

Figura 19: Apresentação da macroestrutura do Glossário



Fonte: Nascimento (2019).

Na opção de sistema de busca (Fig. 20) o sinalizante se apresenta no canto à esquerda, em uma janela em que sinalizará a opção denominada de “ordem alfabética” para pesquisa. Dentro da macroestrutura, esse caminho serve à busca no campo da Linguística Forense até o sinal-termo desejado.

Figura 20: Opção de sistema de busca por ordem alfabética



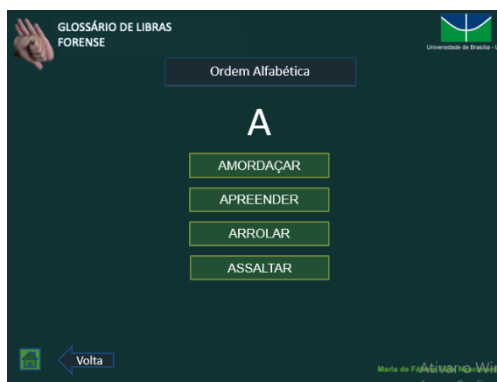
Fonte: Nascimento (2019).

Figura 21: Opção de sistema de busca por ordem alfabética



Fonte: Nascimento (2019).

Figura 22: Sistema de busca por sinal-termo escrito em LP.



Fonte: Nascimento (2019).

O verbete em LSB, conforme exemplo dado na figura 23, segue alguns padrões de cores de camisa utilizadas pelos sinalizantes, em que cada coloração possui função e carrega uma informação diferente conforme o conteúdo apresentado. Quando na cor amarela, temos a definição do sinal-termo; se azul, o sinalizante apresentará o contexto possível para aquele verbete; e ao utilizar a camisa vermelha teremos a realização da variante.

Figura 23: Verbetes em LSB



Fonte: Nascimento (2019).

A etapa de validação dos sinais-termo dentro da pesquisa demandou um ano e meio, e foi feita com a equipe de produção em que foram trabalhados os conceitos a serem validados e avaliados. O glossário encontra-se anexo, copiado em pendrive.

#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

A Linguística forense interage com outras ciências, buscando evidências criminais. Nesse sentido, a compreensão do enunciado no ato de se investigar uma infração ou até mesmo um crime se faz muito importante. O perito de segurança pública ou o agente precisa estar munido de competência linguística para realizar uma perícia mais eficaz e, assim, conseguir solucionar o caso ou dar um andamento correto ao processo.

Por esses motivos, o perito bilíngue em português e LSB precisa levar em conta a utilização de técnicas no atendimento ao surdo, no uso do português e da LSB, para que a interação em seu local de trabalho, entre ele e o interrogado Surdo seja razoável.

Identificamos que a maior dificuldade para esses profissionais é ausência de sinais, o que os obriga a adotarem muitas estratégias no momento da tradução para a LSB. Além disso, intérpretes empregam muitos sinais da língua comum que não condizem com as concepções específicas da área. Há muitos riscos de se fazer uma interpretação ambígua ou de prejudicar a comunicação com um investigado Surdo.

A elaboração de um glossário pode contribuir para a área, mas exige conhecimentos em Terminografia ou Lexicografia Especializada (FINATTO; KRIEGER, 2004), em que o critério metodológico difere da elaboração de um dicionário terminológico. Para Faulstich (2013, p. 3),



[...] glossário é um repertório exaustivo de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentado em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, com informação gramatical, definição, registro opcional de contexto de ocorrência do termo e de remissões.


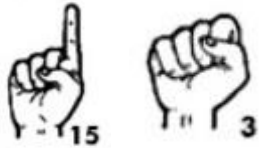
Dessa forma, no próximo tópico, pretende-se apresentar uma proposta de glossário bilíngue Português-LSB contendo os sinais-termo forenses estudados nesta pesquisa.



#### 4.1 PROPOSTA DE UM GLOSSÁRIO SEMIBILÍNGUE: SINAIS-TERMO FORENSES DE VERBOS DE AÇÃO-PROCESSO



Mostraremos a seguir os sinais-termo que foram validados pelo laboratório Lablibras e que fazem parte da nossa proposta de glossário, objetivo principal desta pesquisa.

Colocamos a sequência dos sinais-termo, explicando a funcionalidade do sinal-termo, acrescentada por configuração de mãos, representação do conceito da LSB e descrições gramatical e lexical, conforme o modelo da ficha terminológica no processo da formação de glossário.



<b>1- Termo:</b>	Algemar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mão ativa em CM 2, braços levemente flexionados, em frente ao corpo com os pulsos encostando direito e esquerdo, em frente ao corpo, sem movimento.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] Ação de prender duas mãos de um suspeito de cometer algum crime para evitar sua fuga ou violência em uma ação policial.



<b>2- Termo:</b>	Amordaçar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mãos em CM 15, braços flexionados encostando o dedo indicador no canto da boca, arrastando as pontas dos dedos no rosto até ir para trás da cabeça, fechando-as na CM 3, seguido do movimento de dar um nó.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] Utilizar de algum objeto (em geral pedaço de pano ou fita adesiva) com o objetivo de silenciar alguém, neste contexto, uma vítima. (Adapt. Borba 2002).


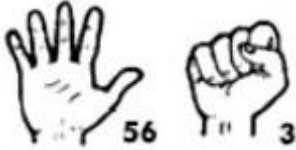
<b>3- Termo:</b>	Apreender
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva aberta em CM 56 e mão ativa fechando CM 57 direcionando para frente até fechar a mão totalmente CM 3. Mão passiva aberta servindo de apoio.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V. [Ação-processo] [Compl: nome concreto não-humano] pegar; apanhar.



<b>4- Termo:</b>	Arrolar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 60 tocando no polegar da mão passiva movimentando até encostar no dedo mínimo. Mão passiva aberta em CM 56 servindo de apoio.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V. [Ação-processo] [Compl: nome] 1 Colocar em lista ou rol; inventariar.







<b>5- Termo:</b>	Assaltar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mão ativa em CM 3, braços flexionados com a palma da mão passiva CM 18, da palma pra trás o dedo indicador apontado e encostado na cabeça do lado direito da frente.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	v. [Ação-processo] Abordar repentinamente outra pessoa com o objetivo de roubar seus bens pessoais.


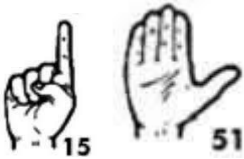
<b>6- Termo:</b>	Baleiar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 45 parada servindo de apoio, mão passiva CM 15 movimentando para trás fazendo a CM 8.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome animado] atingir com bala; ferir ou matar com bala.



<b>7- Termo:</b>	Chacinar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 56 palma da mão para frente fazendo um leve movimento para trás a CM 3.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome humano] matar violentamente; assassinar friamente; Massacre; carnificina.

<b>8- Termo:</b>	Cobrir
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 51 com as costas da mão para frente parada. Braço direito flexionado na altura do ombro com a mão passiva CM 22 movimentando até encostar na esquerda.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Compl: nome concreto] Controlando.</p>


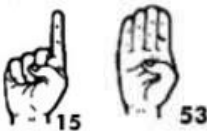
<b>9- Termo:</b>	Contrabandear
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>1º sinal: braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com as mãos passiva e ativa CM 6. Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com as mãos CM 6 fazendo o movimento circular girando as duas mãos de fora para dentro. 2º sinal -- braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com as mãos passiva e ativa CM 20 palma da mão para dentro. Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com as mãos passiva e ativa CM 20 palma da mão para dentro, fazendo um leve movimento para com os dedos médios para frente ao mesmo tempo com CM 44.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Compl: nome concreto] fazer contrabando; negociar contrabando; transportar e comercializar ilegalmente.</p>



<b>10-Termo:</b>	Crivar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço esquerdo flexionado na altura do ombro com a mão passiva em CM 22 parada. Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa CM 39 encostando na CM 39 várias vezes.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome concreto. Compl: de+bala] 1 furar em muitos pontos.



<b>11-Termo:</b>	Denunciar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mão passiva em CM 51 braço flexionado perto do corpo, com a palma da mão virada para dentro, a mão ativa CM 15 braço flexionado perto do corpo com o indicador apontando na mão passiva. Enchendo a bochecha para o lado esquerdo.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome Concreto + Compl: a/para + nome humano] fazer denúncia; apontar como culpado: delatar.



12-Termo:	Depor
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mãos passiva em CM 22 braços flexionados aproximando em frente ao peito com as palmas da mão ativa CM 56. Mão abrindo em CM 60 e descendo.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	v. [Ação-processo] Ato de explicar, esclarecer fatos ocorridos, pode ser por livre vontade ou por obrigação judicial para esclarecer a um investigador.







<b>13-Termo:</b>	Descaminhar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva em CM 53 palma da mão para lado de dentro (virada para direita) parada. Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa CM 15 encostando na mão esquerda movimentando para a direita.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo][+_Compl: nome humano ou astrato] desencaminhar, corromper.


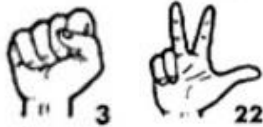
<b>14-Termo:</b>	Descarregar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva em CM 18 palma da mão virada para esquerda encostando no dedo mínimo da mão passiva, transformando na mão ativa CM 12. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva CM 18 com a palma da mão virada para direita.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Compl: nome concreto] efetuou disparos de arma de fogo, esgotando todas as munições.</p>



<b>15-Termo:</b>	Desfigurar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com as mãos passiva e ativa em CM 56 palma da mão para frente do rosto fazendo um leve movimento para o lado esquerdo. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com as mãos passiva e ativa CM 58 palma da mão para frente do rosto com movimento mais forte para o lado direito. Mexendo a boca.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo][[Compl: nome concreto] 1 alterar a figura ou o aspecto característico; deformar.</p>

<b>16-Termo:</b>	Desovar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 33 palma da mão para lado de cima. Mão direita com o cotovelo flexionado com a mão passiva CM 22 palma da mão para baixo encostando na palma da mão ativa, fazendo o movimento de abrir. Mão ativa levantando fazendo a CM 33 com a palma da mão para baixo.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Comp!: nome concreto nao-animado] 1 livrar-se ou desfazer-se de algo ou alguém.</p>

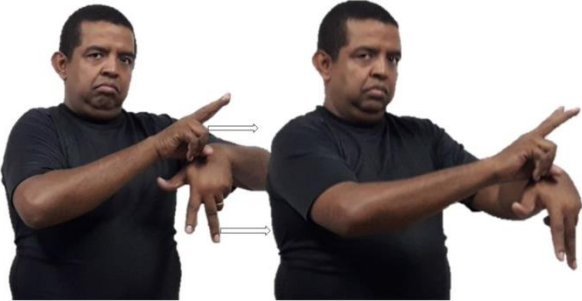

<b>17-Termo:</b>	Ensacar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva em CM 22 descendo. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa CM 56 palma da mão para frente do rosto com movimento mais forte subindo fechando mão ativa CM 3.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo][Compl: nome concreto nao-animado] meter em saco.


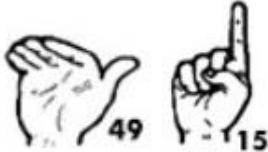
<b>18-Termo:</b>	Esfaquear
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva em CM 22 palma da mão para frente do corpo. Braço direito flexionado para frente com a mão ativa CM 3 com palma da mão para passiva fazendo semi circulo tocando a mão ativa.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome animado] golpear repetidas vezes com faca.



19-Termo:	Executar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva em CM 22 palma da mão para frente do corpo. Braço direito flexionado para frente com a mão ativa CM 3 com palma da mão para passiva fazendo semi circulo tocando a mão ativa.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [ Ação-processo] [ Compl: nome animado] 1 matar.</p>



<b>20-Termo:</b>	Furtar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço esquerdo flexionado com a mão passiva em CM 57 com a palma da mão virada para ativa. Braço direito flexionado com a mão ativa CM 44 palma da mão virada para baixo encostando na palma da mão passiva, deslizando os dedos da mão ativa para trás formando a CM 45.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome concreto não-animado. Compl: de/a=nome] tirar sem autorização; subtrair de modo fraudulento.







<b>21-Termo:</b>	Guarnecer
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 44 apoiando na mão passiva. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva CM 22 mão parada mexendo a boca.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome concreto] revistir, para proteger; isolar.


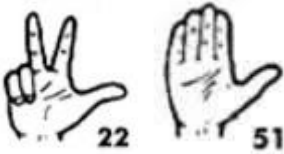
<b>22-Termo:</b>	Homiziar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço esquerdo flexionado com mão passiva em CM 49 palma da mão para dentro. Braço direito flexionado com mão ativa CM 15 com a palma da mão para a passiva movimentar a mão até o palma da mão passiva. Virando o rosto para o lado direito.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome] 1 dar abrigo ou refugio: esconder da ação policial.


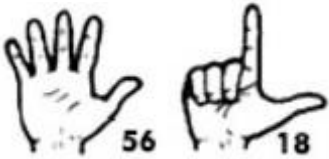
<b>23-Termo:</b>	Intimar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mão ativa em CM 15 com o braço esticado com a palma da mão passiva CM 51 pra cima, levantar o braço em direção a cabeça. Com o dedo indicador apontando pra cabeça.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V. [Ação-processo] Expressão de uma ordem. Ordem de comparecimento a um distrito policial para esclarecimento de algo presenciado por alguém.

<b>24-Termo:</b>	Lesar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva em CM 44 palma da mão para frente do corpo fazendo um leve movimento para o lado esquerdo flexionando os dedos formando a mão ativa CM 45. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa CM 22 palma da mão para frente do corpo com mão parada.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Compl: nome concreto] prejudicar; ferir em direitos ou interesses.</p>



<b>25-Termo:</b>	Recambiar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 57 palma da mão virada para passiva em direção ao dedo indicador encostado e fechando a mão. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva CM 15 com a palma da mão virada para frente.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Compl: nome humano] fazer retornar ao lugar de origem.</p>



<b>26-Termo:</b>	Recapturar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 57 palma da mão virada para passiva em direção ao dedo indicador segurando e fechando a mão. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva CM 15 com a palma da mão virada para frente.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V [Ação-processo] [Compl: nome humano] prender novamente.</p>



<b>27-Termo:</b>	Remover
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 22 palma da mão virada para cima encostando nos dedos indicador e médio da mão passiva deslizando para a palma da mão. Braço esquerdo flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão passiva CM 51 com a palma da mão virada para cima.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>[Ação-processo] [Cmpl 1: nome +_ Complet 2: DE ORIGEM &gt; Compl de direção] 1 levar; transferir.</p>



<b>28-Termo:</b>	Render
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Mãos passiva em CM 56 levantar os braços levemente flexionados ao alto da cabeça e mão ativa CM 18 palma da mão virada para esquerda frente do rosto para frente da mão passiva.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V. [Ação-processo] Ordem para imobilizar alguém suspeito de algum delito; ordem emitida, em geral, por um agente policial com o objetivo de imobilizar o suspeito.


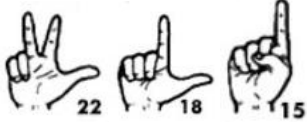


<b>29-Termo:</b>	Sacar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço esquerdo flexionado encostando a mão passiva em CM 56 com a palma mão aberta na barriga Braço direito flexionado com mão ativa CM 18 com a palma da mão encostando na barriga por dentro da CM 56. Depois puxa o braço direito e estica o braço apontando a CM 18.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V. [Ação-processo] [Compl: nome concreto. Compl: de origem] 3 puxar em ameaça uma arma.</p>

<b>30-Termo:</b>	Saquear
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Mão passiva em CM 44 braço flexionado frente ao corpo com a palma da mão para baixo sem movimento. Braço flexionando com a palma da mão ativa em CM 56 virada pra baixo encostando o polegar na mão passiva girando o polegar e fechando a mão em CM 44.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V. [Ação-processo] Ação de roubar, subtrair objetos, em geral, bens financeiros cometidos por um ladrão.</p>

<b>31-Termo:</b>	Seviciar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	Braço direito flexionado encostando a mão passiva em CM 22 palma da mão virada para o corpo os dedos indicador e médio da mão passiva. Braço esquerdo flexionado com a mão ativa CM 58 com a palma da mão virada para direita fazendo um semi círculo na CM 22.Fazer expressão de mal.
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	V [Ação-processo] [Compl: nome humano] submeter a sevícias; maltratar fisicamente: uma pessoa.

<b>32-Termo:</b>	Tirotear
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado com as mãos passiva e ativa em CM 18 palma da mão virada para dentro. Braço esquerdo flexionado com as mãos passiva e ativa CM 32 com a palma da mão virada para dentro. As duas mãos fazendo o movimento de distanciando do corpo.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>V. [Ação-processo] [Compl: nome concreto] fazer tiroteio; atirar para todos os lados.</p>

<b>33-Termo:</b>	Transfixar
<b>Sinal-termo:</b>	
<b>Configuração de mão:</b>	
<b>Representação do conceito da LSB:</b>	<p>Braço direito flexionado encostando o cotovelo no corpo com a mão ativa em CM 18 palma da mão virada para esquerda encostando nos dedos indicador e médio da mão passiva deslizando entre esses dedos formando mão ativa CM15 com a palma da mão para baixo. Braço esquerdo flexionado na altura do ombro com a mão passiva CM 22 com a palma da mão virada para dentro.</p>
<b>Descrição gramatical e lexical:</b>	<p>[Ação-processo] [Compl: nome concreto] perfurar um corpo por meio de balas.</p>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os três anos de estudos na área da Terminologia aprendi muito nas várias disciplinas, o que me ajudou a entrar no mundo científico, com um novo paradigma de pesquisa na área da Libras. Descobri que não constava em nenhuma biblioteca ou biblioteca virtual uma pesquisa desta natureza, na área forense, relacionada à Libras, e que pudesse ser útil para a comunicação com o cidadão surdo.

Essa pesquisa teve como objetivo desenvolver terminologia na área forense. Por isso propusemos a elaboração de um glossário semibilíngue de sinais-termo da linguística forense. Esse glossário, constituído de verbos de ação-processo para consulta dos sinais-termo da área forense, foi elaborado com o apoio de multimeios e poderá ser utilizado pelos peritos e demais funcionários da área forense que, em algum momento precisarem lidar com pessoas surdas, o que será bastante útil à segurança pública.

Os sinais-termo incluídos no glossário semibilíngue foram linguisticamente avaliados pelos pesquisadores do LabLibras. Trata-se de um material didático que poderá ser distribuído em formações e cursos de Língua de Sinais Brasileira, oferecidos a policiais envolvidos na área de segurança pública. Foram registrados 33 verbos que auxiliarão na base de comunicação entre policiais e cidadãos surdos que possam vir a precisar.

Para harmonizar as duas línguas na formação do glossário foi necessário muito trabalho, com várias etapas para descobrir o conceito de sinal-termo. Além de os estudos lexicais e terminológicos terem ajudado nas atividades científicas, percebi que há problemas linguísticos e de comunicação entre os profissionais por falta de conhecimento específico.

O laboratório de Linguística de Língua de Sinais, coordenado pela professora Dra. Enilde Faulstich, que também coordena o Centro Lexterm, é uma sala com equipamento específico para focar na língua visual e possibilita fazer muitos registros de sinais com filmagem e fotos. O que mais ajudou na descoberta dos conceitos dos sinais-termo foi a possibilidade de discutir nesta sala com os pesquisadores da área de Libras.

Espero que a minha dissertação possa beneficiar a comunidade surda da minha língua, pois o material visual com certeza já é um começo para ajudar os policiais na busca por uma comunicação útil.

## REFERÊNCIAS

- AFFONSO, Julia. Juiz manda soltar surdo-mudo acusado de roubo no Tocantins. **Estadão**, São Paulo, 8 abr. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-manda-soltar-surdo-mudo-acusado-de-roubo-no-tocantins/>. Acesso em: 1 ago. 2018
- ALEXANDRINO, M; PAULO, V. **Direito administrativo descomplicado**. 23. ed. São Paulo: 2015.
- ALMEIDA, E. O. C. **Leitura e Surdez**: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- ALMEIDA, D. C. Atribuição de autoria com propósitos forenses: panorama e proposta de análise. **Revel**, v. 12, n. 23, 2014.
- ALMEIDA, D C. **Análise forense de autoria textual**: estilos sociais e individuais. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ALVES, K. N. **Abordagem policial**: a busca pessoal e seus aspectos legais. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19727/abordagem-policial-a-busca-pessoal-e-seus-aspectos-legais>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- ARAÚJO, F. de Carvalho. **O complemento de lugar dos verbos de movimento**: Implicações para o ensino de língua materna. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística aplicada) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- ASSIS, J. W. G. de. **Operações tipo blitz e buscas pessoais coletivas**: as ações preventivas da PM e a sua legalidade. 2007. Disponível em: <http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/operacoesblitz.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.
- BENASSI, C. A. **LIBRAS**: inclusão no papel, exclusão na realidade. Cuiabá, 6 maio 2013. Disponível em: [http://www.matogrossoonline.com.br/categoria.php?cat\\_id=6](http://www.matogrossoonline.com.br/categoria.php?cat_id=6). Acesso em: 23. ago. 2018.
- BENASSI, A. C. Parado! Polícia! - Transmutações semânticas do discurso oral de abordagens policiais para o discurso imagético. **RevDia**, I Seminário de Estudos de Linguísticos e Literários da UFMT, Cuiabá/MT, 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/2729>. Acesso em: 22 ago. 2018.



BORBA, F. da S. **Uma gramática de valência para o português**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BRAID, A. C. M. **Fonética forense**. 2. ed. Campinas, SP: Millennium, 2003.

BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In*: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: Secretaria de Educação Especial; MEC, 2008. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436). Acesso em: 02 ago. 2018.

BRITO L. F. **Integração social & Educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel; 1993.

BUENO, C.S. **Tutela Antecipada**. 2. ed. rev. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

BUTTERS, R. R. **Forensic Linguistics**. Durham: Duke University, 2011.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais Brasileira**. v. I: Sinais de A e L. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHAFE, Wallace L. **Significado e Estrutura Linguística**. Rio de Janeiro: S.A., 1979.

CASTRO JÚNIOR, G. de. **Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira – Foco no Léxico**. Orientadora: Orientadora: Enilde Leite de Jesus Faulstich. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, M. R. **Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: Enciclolibras - o corpo humano**. Orientadora: Enilde Leite de Jesus Faulstich. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COLLARES, C. L. A., MOYSES M. A. A. e GERALDI, J. W. Educação Continuada: a política da descontinuidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 69, p. 202-219, 1999.

COULTHARD, M; JOHNSON. **An introduction to forensic linguistics: language in evidence**. London/New York: Routledge, 2007.

COULTHARD, M; JOHNSON, A. **The routledge handbook of forensic linguistics**. New York: Routledge Handbooks, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. de; CORREIA, M. **Um olhar sobre a morfologia dos gestos**. Lisboa: UCP, 2011.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia. **Representações lexicais da língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica**. Orientadora: Enilde Leite de Jesus Faulstich. Tese de Doutorado. Brasília: UnB / Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP, 2009.

FAULSTICH, E. Análise operacional de esquemas contextuais: o campo lexical e a moldura. **Acta Semiótica et linguística**, Brasília, v. 15, ano 34, n. 1, p. 191-200, 2010. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/90ae49\\_cde7482ede6f4b969a6fcfa2f3b55356.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/90ae49_cde7482ede6f4b969a6fcfa2f3b55356.pdf). Acesso em: 19 ago. 2018.

FAULSTICH, E. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Brasília: Centro Lexterm, 1995. 31p.

FAULSTICH, E. Da linguística histórica à Terminologia. **Investigações, Linguística e Teoria Literária**, v. 7, p. 75-101, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1517/1183>. Acesso em: 21 set. 2018.

FAULSTICH, E. **Nota lexical: Sinal-Termo**. Brasília: Centro Lexterm, 2014. Disponível em: <https://www.centrolexterm.com.br/notas-lexicais>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FAULSTICH, E. **Glossário de termos empregados nos estudos da Terminologia, da Lexicografia e da Lexicologia**. Série Léxico & Terminologia. Brasília: Centro Lexterm, Universidade de Brasília, 2013.

FAULSTICH, E. **Lexicologia: A linguagem do noticiário policial**. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 1980.

FAULSTICH, E. Modalidade oral-auditiva versus modalidade visuo-espacial sob a perspectiva de dicionários na área da surdez. *In*: SALLES, H. M. M. (org.)

**Bilinguismo dos surdos:** questões linguísticas e educacionais. Goiás: Cânone, 2007. p.119-142.

FAULSTICH, E. Na extensão de uma UTC, elipse ou categoria vazia? *In*: ISQUERDO, N.; FINATTO, M. J. B. (orgs.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 4. Campo Grande; Porto Alegre: UFMS; UFRGS, 2010.

FELIPE, A. T. Os processos de formação de palavras na Libras. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/803>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FELTEN, E. F. **Glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da história.** 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FINAU, R. A. **Os sinais de tempo e aspecto na Libras.** Orientadora: Elena Godoi. 2004. 249 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

FINATTO, M. J. B. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. **Organon**, UFRGS, Porto Alegre, v. 12, n. 26, 1998.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez.** Porto Alegre: ArtMed, 2003.

FERNANDES, S. F. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos.** Curitiba: SEED, 2006.

FERREIRA, G. A. **Um estudo sobre os verbos manuais da Língua de Sinais Brasileira (LSB).** Orientadora: Rozana Reigota Ferreira. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FERREIRA, L. **Por uma gramática de Línguas de Sinais.** Rio de Janeiro: Termo Brasileiro, 2010.

GILLIER, R. **O disfarce da voz em fonética forense.** Orientador: Fernando Martins. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: [https://labfon.letras.ulisboa.pt/texts/RaissaGillier\\_2011.pdf](https://labfon.letras.ulisboa.pt/texts/RaissaGillier_2011.pdf). Acesso em: 20 ago. 2018.

GOLD, E. E FRENCH, J. P. **An international investigation of forensic speaker comparison practices.** Hong Kong, 2011.

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IGNÁCIO, E. S. Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo. **Estudos Linguísticos**, v. XXXVI, n. 1, jan./abr., p. 126-132, 2007. Disponível em:

<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/13.PDF>. Acesso em: 24 ago. 2018.

KRIEGER, M. G; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: Teoria & Prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

IRVINE, J. 'Style' as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In*: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

JORGE, O. K. G. **Fonética forense e suas contribuições na perícia criminal**. Orientadora: Taíse Simioni. 2016. 54 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação Licenciatura em Letras Português/Inglês) – Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2016. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/2731/1/Tcc%20Greice%20Jorge%202016.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

LACERDA, C. B. F. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. **Cad. CEDES**, v. 20, n. 50, p. 70-83, 2000.

LIMA, O. B. A. G. Relacionamentos em tesouros: o valor semântico dos verbos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, out./dez., p. 182-201, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n4/a11v19n4.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. **Educação da criança excepcional**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KRIGER, M. da G., MACIEL, A. M. B. **Temas de terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/ Humanitas/USP, 2001.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES**, v.19, n. 46, Campinas, set. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 24 jul. 2018.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**. São Paulo: Cambridge University Press, 2006.

MACHADO, L. M. C. V. Formação de professores de surdos: dispositivos para garantir práticas discursivas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, maio/ago., p. 45-68, 2010.

MARCHESI, A. Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas. *In*: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.): **Desenvolvimento**

**psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARTINS, F., RODRIGUES, C; BRISSOS, F. **Fronteiras do vozeamento na identificação do falante.** Porto: APL, 2014.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Serviço Público e Concessão de Serviço Público.** São Paulo: Editora Malheiros, 2017

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** São Paulo, Malheiros, 1993.

MCMENAMIN, G. R. **Forensic Linguistics:** Advances in Forensic Stylistics. New York: CRC Press, 2002.

MCMENANIN, G. R. Forensic stylistics: theory and practice of forensic stylistics. *In:* COULTHARD, M.; JOHNSON, A. (eds.). **The Routledge handbook of forensic linguistics.** London; New York: Routledge, 2010.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar, tática policial, abordagem a pessoas e tratamento às vítimas.** Manual Técnico-Profissional. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013.

MORILAS, R. L. **O papel da sintaxe-semântica na argumentação do discurso jurídico.** UNESP Araraquara, 2018. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/GEL\\_XXX/ART126.pd](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/GEL_XXX/ART126.pd). Acesso em: 24 ago. 2018.

NASCIMENTO, A. C. G. M. **A formação de professores para atuação na escolarização de surdos:** uma reflexão sobre os currículos de formação inicial. 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16618/16618.PDF>. Acesso em: 01 ago. 2018.

OLIVERIA JÚNIOR, L.; RODRIGUES, L. Percepções de policiais militares sobre a pessoa surda: um estudo a partir da capacitação em libras. **Anais [...]** VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-070.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PEREIRA, K. G. **Libras:** Língua Brasileira de Sinais. 2018. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/libras/curso\\_de\\_libras\\_-\\_graciele.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/libras/curso_de_libras_-_graciele.pdf). Acesso em: 01 ago. 2018.

PERLIN, G. Identidades Surdas. *In:* SKLIAR, C. (org.). **Surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PIRES, M. O. F. **Proposta de dicionário de aprendizagem:** descrição de alguns verbos no contexto do português do Brasil como segunda língua. Brasília-DF 2015. Disponível em:

[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18951/1/2015\\_FlaviaDeOliveiraMaiaPires.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18951/1/2015_FlaviaDeOliveiraMaiaPires.pdf). Acesso em: 24 jun. 2018.

PROMETI, D; COSTA, R. M; TUXI, P. Sinal-termo, língua de sinais e glossário bilíngue: atuação da universidade de Brasília nas pesquisas terminológicas. *In: I CONGRESSO NACIONAL DE LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA*, 2018. **Anais [...]**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

Disponível em:

<http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/CONALIBRAS/trabalhos/oral/eixo1/SINAL%20TERMO,%20LINGUA%20DE%20SINAIS%20E%20GLOSSARIO%20BILINGUE%20ATUACAO%20DA%20UNIVERSIDADE%20DE%20BRASILIA%20NAS%20PESQUISAS%20TERMINOLOGICAS.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PROMETI, Daniela Ribeiro. **Glossário bilíngue da Língua de Sinais Brasileira**: Criação de sinais dos termos da música. Universidade de Brasília, 2013.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M; PIZZIO, A. L; REZENDE, P. L. F. **Língua brasileira de sinais I**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificativa/linguaB>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SÁ, N. L. **A produção de significados sobre a surdez e sobre os surdos**: práticas discursivas em educação. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SÁNCHEZ, Carlos. **La increíble y triste historia de la sordera**. Merida, Venezuela: CEPROSORD, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/17.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SILVA, Tomas. R. Surdos e segurança pública: a necessidade da comunicação. **Homens do Mato**, v. 6, 2010. Disponível em: [http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/161/pdf\\_58](http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/161/pdf_58). Acesso em: 23 ago. 2018.

SOUSA-SILVA, Rui; COULTHARD, Malcolm. Linguística Forense. *In: DINIS-OLIVEIRA, Ricardo Jorge; MAGALHÃES, Teresa. O que são as Ciências Forenses?* Conceitos, abrangência e perspectivas futuras. Lisboa: Pactor, 2017. p.137-144. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/294535298\\_Linguistica\\_Forense](https://www.researchgate.net/publication/294535298_Linguistica_Forense). Acesso em: 02 ago. 2018.

SANTOS, I J A. **Unidades e processos fonológicos no falar da região da Terra Quente**: contributos para a Linguística Forense. 2008. 287 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga. 2008.

SANTOS, P. T. dos. **A terminologia na língua de sinais brasileira**: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23754/1/2017\\_PatriciaTuxidosSantos.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23754/1/2017_PatriciaTuxidosSantos.pdf). Acesso em: 07 ago. 2018.

SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. v. I. Mediação, 1999.

SOUZA, A. V; SILVA, A. D. F; BUIATTI, P. V. **Formação de professores para a educação de alunos surdos**. VIII Encontro de Pesquisa em Educação, III Congresso Internacional Trabalho Docente e Processos Educativos. **Anais [...]**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/54.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

TRAVAGLIA, L. C. Gêneros de texto definidos por atos de fala. *In*: ZANDWAIS, Ana (org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002.

TURELL, M. T. The use of textual, grammatical and sociolinguistic evidence in forensic text comparison. **Equinox**, v. 2, n. 17, p. 211-250, 2010.

UZAN, S. J. A; OLIVEIRA, T. R. M; LEON, R. O. I. A importância da língua brasileira de sinais (Libras) como língua materna no contexto da escola. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 2008. **Anais [...]**. Universidade do Vale do Paraíba, 2008. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosINIC/INIC1396\\_01\\_A.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC1396_01_A.pdf). Acesso em: 18 jul. 2018.

ZANETTE, F. **A importância de Libras na comunicação com pessoas surdas**. 2010. Disponível em: <http://librasverisfaculdades.blogspot.com.br/2010/07/importancia-de-libras-na-comunicacao.html>. Acesso em: 02 ago. 2018.